

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

FERNANDO CRUZ DE OLIVEIRA RODRIGUES

A feira livre como lugar de encontro: a feira do bairro Jardim da Saúde na metrópole paulista.

SÃO PAULO

2018

FERNANDO CRUZ DE OLIVEIRA RODRIGUES

A feira livre como lugar de encontro: a feira do bairro Jardim da Saúde na metrópole paulista.

Trabalho de Graduação Individual apresentado
ao Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Bacharel em Geografia

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Maria Mónica Arroyo

SÃO PAULO

2018

Nome: RODRIGUES, Fernando Cruz de Oliveira

Título: A feira livre como lugar de encontro: a feira do bairro Jardim da Saúde na metrópole paulista.

Trabalho de Graduação Individual apresentado
ao Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Bacharel em Geografia

Aprovado em: 19 de dezembro de 2018.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Maria Mónica Arroyo

Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a Amália Inés Geraiges de Lemos

Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Igor Venceslau

Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

“Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”

José Saramago

DEDICATÓRIA

À minha avó, que foi quem, provavelmente, ouviu as minhas primeiras palavras.

À minha mãe, que me ensinou com todo carinho o significado de todas elas.

À minha esposa, com quem tenho a sorte de dividir as melhores conversas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, principalmente às mulheres maravilhosas que me cercaram de amor desde sempre, apesar de todas as dificuldades. Eu jamais teria chegado até aqui sem o carinho e o esforço de vocês. As minhas vitórias são suas também. Uma vida é pouco para retribuir tudo o que fizeram por mim. Mãe, você sabe que este trabalho é para você.

Agradeço à minha esposa, amiga e companheira de todos os dias, pelo amor e ajuda inestimáveis, por todo carinho e paciência, por acreditar em mim e me incentivar em tudo. É uma grande sorte e felicidade poder dividir a vida ao seu lado.

Agradeço a todos os professores da graduação, que nessa contínua jornada de aprendizado concederam ensinamentos valiosos e aulas inesquecíveis. Alguns já se foram, mas suas palavras ecoam em nossa memória. Vocês nos ajudam a refletir, questionar e aprender sobre o mundo e a totalidade que nos cerca. Agradeço, especialmente, a querida professora Mônica Arroyo, pela compreensão e acolhimento nos momentos difíceis. Seu apoio e incentivo foram fundamentais na conclusão deste trabalho.

RESUMO

RODRIGUES, Fernando Cruz de Oliveira. **A feira livre como lugar de encontro: a feira do bairro Jardim da Saúde na metrópole paulista**. 2018. 76f. Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A questão central de nosso estudo é compreender o posicionamento da feira livre na metrópole capitalista de São Paulo. Entendemos que as feiras são parte da história, da cultura e memória das pessoas que habitam a cidade. Essa tradição urbana de feições anacrônicas, presente no mundo todo, quase tornou-se obsoleta em São Paulo pela expansão da lógica do automóvel e formas mais modernas do comércio de auto-serviço a varejo. Apesar disso, as feiras livres resistem e sobrevivem até os dias de hoje com surpreendente espacialidade e dinamismo, desempenhando uma função importante no abastecimento de gêneros alimentares na metrópole. Observamos o seu ingresso no circuito inferior da economia urbana, representando fonte importante de geração de emprego e renda, a exemplo de outras atividades, para uma imensa parcela da população que os setores hegemônicos do circuito superior não conseguem absorver. A feira livre é um evento fascinante e representa uma experiência particular de sociabilidade e de uso da rua. Nesse sentido, buscamos desenvolver uma reflexão ampliada acerca de algumas tendências que caracterizam a modernidade e a vida cotidiana na metrópole, assim como o papel da feira como lugar de subversão e enfretamento de condições opressoras que tendem ao esvaziamento das ruas e distanciamento crescente entre as pessoas. Procuramos reafirmar aqui a territorialidade popular e a importância simbólica que a feira livre apresenta, na medida em que restaura a função tradicional da rua como lugar de encontro, espontaneidade, alegria e realização da vida.

Palavras-chave: feira livre, metrópole, cotidiano, sociabilidade.

ABSTRACT

RODRIGUES, Fernando Cruz de Oliveira. **The street market as a place of encounter: the Jardim da Saúde neighborhood fair in the metropolis of São Paulo.** 2018. 76f. Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

The central question of our study is to understand the position of the street markets in the capitalist metropolis of São Paulo. It is our understanding that these kinds of markets are part of the history, culture and memory of those who inhabit the cities. This urban tradition of anachronistic features is curiously present throughout the whole world, but has almost become obsolete in São Paulo by the rule of expansion of individual cars and modern forms of trade in the self-service retail segment. Despite this, these open “fairs” resist and survive to this day with a surprising spatiality and dynamism, playing an important role in fresh food supply to the city. We observe its entrance into the “lower circuit” of the urban economy, representing an important source of employment and income, amongst other activities, for an immense portion of population which the hegemonic sectors of the “upper circuit” are incapable to absorb. The open street market is a fascinating event and represents a singular experience of sociability and street use. In this sense, we seek to develop an extended reflection concerning the trends that characterize modernity and daily life in the great city, as well as the role of the street market as a place of subversion and confrontation of oppressive conditions that tend to empty the streets and increase the distance between people. Here we try to reaffirm the popular territoriality of these fairs and the symbolic importance that the street markets in general holds, as it restores the traditional function of the street as a place of encounter, spontaneity, joy and fulfillment of life.

Keywords: street market, metropolis, daily life, sociability.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|------|
| Figura 1 – Distribuição de renda e participação nos dois circuitos..... | p.33 |
| Figura 2 – Eataly – Espaço <i>gourmet</i> inaugurado em 2015 em São Paulo..... | p.36 |
| Figura 3 – Distribuição das Feiras Livres combinada com Imagem de Satélite do Município..... | p.43 |
| Figura 4 – Localização do distrito do Cursino..... | p.56 |
| Figura 5 – Regionalização técnica da Prefeitura de São Paulo..... | p.57 |
| Figura 6 – Espaços de ocupação da feira..... | p.60 |
| Figura 7 – Posição da feira em relação ao Distrito do Cursino..... | p.60 |
| Figura 8 – Vista aérea da feira em junho de 2005..... | p.69 |
| Figura 9 – Vista aérea da feira em julho de 2011..... | p.70 |
| Figura 10 – Vista aérea da feira em maio de 2015..... | p.70 |
| Figura 11 – Vista aérea da feira em abril de 2018..... | p.71 |

LISTA DE FOTOGRAFIAS

| | |
|--|------|
| Fotografia 1 – Situação da rua no final de feira..... | p.47 |
| Fotografia 2 – Espaço de trabalho dos feirantes..... | p.59 |
| Fotografia 3 – Uma das entradas da feira..... | p.61 |
| Fotografia 4 – Banca de bananas da Dona Maria Meiraku..... | p.63 |
| Fotografia 5 – Banca de pescados..... | p.65 |
| Fotografia 6 – Banca de pastéis da Regina..... | p.67 |
| Fotografia 7 – Fim de feira..... | p.68 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|------|
| Mapa 1 – Mapa de Uso do Solo do Município de São Paulo..... | p.42 |
| Mapa 2 – Mapa de Distribuição das Feiras livres, Sacolões e Mercados Municipais no Município de São Paulo..... | p.42 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|------|
| Quadro 1 – Características da economia urbana dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos..... | p.31 |
|--|------|

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|------|
| Gráfico 1 – Número de feiras no Município de São Paulo – Período 2003 a 2017..... | p.69 |
|---|------|

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 FEIRAS E MERCADOS PÚBLICOS NO CURSO DA HISTÓRIA | 15 |
| 1.1 Feiras Antigas | 15 |
| 1.2 Os antecedentes e primórdios da feira livre em São Paulo | 20 |
| 1.3 A saga das feiras paulistanas no século XX | 23 |
| 2 ONDE ESTÁ A FEIRA NO “ESPAÇO DIVIDIDO”? | 29 |
| 2.1 A feira livre como atividade do circuito inferior da economia urbana..... | 29 |
| 2.2 A modernidade e o “eclipsamento” das ruas na metrópole | 36 |
| 2.3 Distribuição espacial das feiras livres em São Paulo | 39 |
| 2.4 Conflitos e problemas da Feira livre na metrópole | 44 |
| 3 A FEIRA LIVRE COMO LUGAR DO ENCONTRO E SUBVERSÃO DO COTIDIANO NA METRÓPOLE | 50 |
| 3.1 A feira transcende o “lugar de mercado” | 50 |
| 3.2 A feira como lugar de festa e celebração da cultura popular | 53 |
| 3.3 Estudo de caso: a feira livre do Jardim da Saúde | 55 |
| 3.3.1 Localização e breve caracterização do distrito do Cursino | 55 |
| 3.3.2 A feira livre do Jardim da Saúde | 58 |
| 3.3.3 A feira do Jardim da Saúde pelos seus feirantes | 62 |
| 3.3.4 A feira livre está na “xepa”? | 68 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 72 |
| REFERÊNCIAS | 74 |

INTRODUÇÃO

A feira livre na cidade é um território único por sua particularidade de sons, cores e cheiros. Aparentemente caótica, a feira possui uma organização singular, um dos motivos que permite sua sobrevivência até hoje. É sempre um lugar dinâmico, embora temporalmente efêmero, que apresenta periodicidade e locais definidos. Composta por elementos diversos, ela abriga uma infinidade de mercadorias e personagens distintos que, em constante movimento, criam uma territorialidade única na metrópole.

Para Bourdieu (1985), uma das principais virtudes do pesquisador é a atenção às sutilezas. A feira livre é, com certeza, um lugar repleto de sutilezas. Diariamente, em diferentes locais da cidade, feirantes e fregueses apropriam-se do espaço público urbano protagonizando verdadeiros espetáculos de compra e venda dos mais diversos produtos e, ao fazê-lo, empregam um verdadeiro arsenal de estratégias, saberes, fazeres, gestos e linguagem próprios, numa prática cotidiana permeada por tradições e costumes familiares.

Dentro de uma perspectiva geográfica, a feira livre é um fenômeno urbano riquíssimo, mais complexo do que aparenta ser e permite, através da análise dos elementos e relações que comporta, correlacionar diferentes escalas locais e regionais, tanto no âmbito econômico quanto sociocultural. São territórios particulares que sobrevivem, de alguma maneira, apesar da feroz concorrência econômica da metrópole. A feira participa do contínuo embate entre setores hegemônicos dominantes e segmentos menos favorecidos, pois é uma atividade onde se dá a luta pela sobrevivência numa lógica onde o capital perpassa todas as esferas da vida em sociedade.

Ao caminhar pela feira transitamos por caminhos de uma longa história que se repete nas ruas da cidade. São ecos de uma prática muito antiga de comércio, que ainda guarda a mesma dinâmica de reunião e encontro que fundou os primeiros centros urbanos e atravessou séculos e regiões, resistindo quase que misteriosamente até os dias atuais.

Segundo Carlos (2004), o homem não habita a metrópole propriamente, mas sim os lugares da metrópole por onde se desenrola a sua vida dia após dia, marcada por trajetos cotidianos. Neste sentido, invariavelmente, voltamos no tempo através da feira, na esfera individual, ao visitar as memórias que preenchem as ruas do bairro onde crescemos, os espaços que fazem parte da nossa história, os lugares da infância, do convívio, dos encontros e da família. Não pode haver um mundo sem sujeito, tampouco um sujeito sem mundo. E não há sujeito sem espaço - e não qualquer espaço - mas o espaço vivido. É impossível pensar a existência humana independente do mundo, do contexto da rua, do bairro, da cidade, enfim, do cotidiano e do espaço vivido.

Em São Paulo, em 1914, a Feira Livre é criada por meio de um ato do então Prefeito Washington Luiz P. de Souza, não como projeto administrativo realmente novo, mas sim como o reconhecimento oficial por parte do governo de algo que já existia tradicionalmente há muito tempo na cidade, pelo menos desde meados do século XVII. Oficialmente, em 2014 comemoramos 100 anos de existência e, porque não dizer, resistência da feira livre na economia da metrópole mais avançada e importante do país.

Nesse sentido é crucial entender a metrópole, local da produção e reprodução da vida em sociedade, como uma grande totalidade capaz de abrigar uma infinidade de redes, fluxos e relações em diferentes escalas, além de interesses muitas vezes conflitantes. A metrópole é o palco da diversidade e das contradições, um cenário urbano marcado pelo duelo entre diferentes agentes econômicos e classes sociais que coexistem.

De um lado encontram-se grandes grupos e empresas, inseridos no chamado circuito superior da economia (Santos, 1979) e cuja lógica é, em última instância, acumular capital. Do outro, temos uma grande parcela da população à margem da acumulação, lutando no fundo pela sobrevivência familiar. Esta é a realidade de muitas pessoas que trabalham nas feiras livres. A feira livre permanece como forma de sobrevivência para milhares de famílias de baixa renda em São Paulo, resistindo ao processo intensivo de concorrência, acentuada negação da rua, do espaço público de livre acesso, características da modernidade que tem marcado, de modo geral, a vida nas grandes cidades e, da mesma forma, a urbanização brasileira nas últimas décadas.

Atualmente, apresentam-se os supermercados como portadores do novo, do belo, do espaço organizado e do conforto, enquanto as feiras livres, no plano do imaginário, são recriadas como territórios do transtorno, um obstáculo ao fluxo na cidade e dos veículos, um lugar do desconforto, do atraso, do barulho e das sujeiras nas ruas. No entanto, as feiras, em contraposição ao ambiente frio e formal dos supermercados, são inegavelmente o reduto da espontaneidade, um ambiente aberto, livre e que ainda resguarda algo do espírito comunitário dentro das cidades de concreto.

Em última instância, a função da feira livre é muito mais do que dar voz aos menos favorecidos e garantir-lhes uma forma de emprego e renda. O papel da feira não é simplesmente oferecer aos moradores da grande cidade mais uma opção na aquisição de produtos diversos. No seu ambiente amistoso e descontraído, onde as brincadeiras ocorrem com frequência, se restitui um pouco do sentimento de empatia e solidariedade que vem se apagando na sociedade (pós)moderna. Estudar a feira é reconhecer e preservar a rua como lugar do encontro, da memória. Trata-se de preservar uma tradição popular urbana secular e, em última instância, o próprio sentido da cidadania.

Nosso estudo está baseado na revisão bibliográfica a partir de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses pertinentes ao tema da feira livre. Fomos também diversas vezes a campo, no fragmento selecionado da cidade, com o objetivo de descobrir atitudes, pontos de vista e opiniões das pessoas, visando identificar tendências, reconhecer possíveis conflitos e outros comportamentos. Neste contexto, o trabalho de campo, através da observação, condução de entrevistas e registros fotográficos foi fundamental para realização do estudo.

A estrutura de nosso trabalho está organizada em três capítulos. No primeiro, fazemos um breve resgate da riquíssima história das feiras livres, enfatizando o seu percurso histórico na cidade de São Paulo, desde tempos remotos até o final do século XX. Na sequência, discutimos sua importância econômica e espacial, aproximando-as da realidade que abrange o funcionamento do circuito inferior da economia urbana. Desenvolvemos também, no segundo capítulo, uma breve reflexão acerca de algumas tendências que caracterizam a modernidade e o cotidiano na metrópole e apresentamos os principais problemas e conflitos que a feira livre apresenta nesse cenário. O último caminho é dedicado às entrevistas que compõem nosso estudo de caso e à análise dos elementos que fazem com que a feira livre se manifeste como resposta à segregação sócio-espacial na metrópole. Por fim, apresentamos algumas tendências a respeito de seu futuro na grande cidade.

1 FEIRAS E MERCADOS PÚBLICOS NO CURSO DA HISTÓRIA

1.1 Feiras Antigas

Embora separadas por temporalidades muito distantes e conjunturas muito diversas, as feiras e mercados públicos das cidades do mundo antigo seguem compartilhando aspectos estruturais fundamentais e muitas outras similaridades com as feiras de hoje. Apesar de ser uma modalidade de comércio muito antiga, a feira ainda persiste enquanto fenômeno atual e mostra-se resistente a passagem do tempo. Sua abrangência curiosamente encontra precedentes nas mais variadas sociedades ao redor do mundo, mesmo guardadas as particularidades locais que possam existir entre elas.

Na obra *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*, Mumford (2004) aponta que as duas formas clássicas de mercado ou feiras, em praça aberta ou o bazar coberto, e a rua de barracas e lojas, possivelmente já havia encontrado sua configuração milênios antes de Cristo.

Outra referência bastante antiga aos mercados encontra-se na conhecida passagem bíblica na qual Jesus, ao chegar no templo da cidade de Jerusalém, depara-se com inúmeros vendedores de bois, carneiros e pombas e cambistas ali sentados e os expulsa deste local considerado sagrado. Isto nos leva a crer que ali se realizava uma atividade comercial muito parecida, em essência, com os mercados ou feiras de hoje, o que revela uma relação de longa data do fenômeno das feiras nos espaços públicos urbanos.

Ainda segundo Mumford (2004, p.86), “mesmo na economia mais crua, alguma forma de distribuir os excedentes e trocar produtos especiais de demanda limitada deveria ser encontrada, quer pela simples troca, quer por meio de presentes, quer em banquetes”.

Segundo este autor, era comum que esse tipo de comércio fosse encontrado dentro dos templos, visto que nesta época os templos não serviam apenas aos deuses e sacerdotes, como também assumia a condição de centro onde os produtos agrícolas e demais produtos manufaturados eram tributados antes de serem comercializados.

Na Grécia Antiga, o centro dinâmico da cidade, a Ágora, era também um espaço ao ar livre que não só abrigava a cerne das relações civis como também comerciais. Da mesma forma, ali se localizava a praça de mercado, local onde os cidadãos trocavam informações, tomavam decisões e comercializavam os mais variados produtos.

Em Roma, o lugar de destaque daquilo que mais se aproxima a um mercado central em espaço aberto acontecia sobretudo no espaço popularmente conhecido como *Forum Magno* (Fórum Romano), local de encontro e atração dos mais diversos agentes em razão da complexa combinação de funções e atividades que ali se davam. O Fórum Romano era o mais importante

centro comercial de Roma e o centro da vida pública da cidade. Multidões se dirigiam ao centro da cidade para comprar, fazer o culto, trocar boatos, tomar parte, seja como espectadores ou consumidores, algo que, essencialmente, nos remete a uma idéia de uma grande feira antiga.

Sem sombra de dúvida, a agricultura e o comércio foram pilares importantíssimos na estrutura econômica da sociedade romana, essencialmente comercial, na qual a produção era voltada ao funcionamento e abastecimento das cidades, o centro da vida do Império. Através do Mediterrâneo, dos rios e das estradas romanas, muitas das quais se conservam até os dias de hoje, afluíam os mais variados produtos e inimagináveis riquezas oriundas das províncias mais distantes desse império que dominou vastas possessões territoriais na Europa, Ásia e África.

Pirenne (1965) argumenta que as bases do comércio no mediterrâneo se devem, em certa medida, a unidade do império romano. Para este autor, existiria uma continuidade comercial em torno do Mediterrâneo até o século VIII, abarcando Antigüidade e Idade Média pré-carolíngia. Essa ideia, de certa forma, também aparece nas obras de Le Goff ao analisar a persistência de estruturas e redes comerciais que sobrevivem a passagem do tempo. Pode-se dizer que ambos os autores sustentam o renascimento das cidades medievais através do comércio.

É precisamente no contexto da Idade Média que as feiras, a rigor, assumem um caráter próprio, ao largo das profundas transformações que ocorriam no seio da sociedade européia na passagem do século X para o XI, embora em essência seja uma forma de comércio bastante antiga. Este período marca o surgimento das primeiras feiras cujos traços chegaram até o período atual, de forma muito semelhante pela qual as conhecemos hoje. Cabe destacar que a definição histórica de feira aparece justamente neste período e está registrada em inúmeros documentos históricos em razão da importância e abrangência que o fenômeno representou na Idade Média.

Segundo Jacques Le Goff (1991), entre os séculos XI e XIII, a cristandade medieval foi palco de uma revolução ligada a fenômenos gerais dos quais é difícil determinar em que medida foram causa ou efeito. Segundo o autor:

[...] Em primeiro lugar, o fim das invasões. Germanos, escandinavos, nômades das estepes eurasiáticas e sarracenos deixam de penetrar no coração da cristandade, de afluir as suas margens. Aos combates sucedem as trocas pacíficas - alias, modestamente nascias em meio as próprias lutas - e esses mundos hostis vão revelar-se como grandes centros de produção ou consumo: aparecem os grãos, os agasalhos de pele, escravos do mundo nórdico e oriental que atraem ao mesmo tempo mercadores de grandes metrópoles do mundo muçulmano, de onde afluem, por sua vez, os metais preciosos da Africa e da Asia (LE GOFF, 1991, p.7).

A paz relativa e maior segurança que sucedem ao período dos ataques permitiu um renascimento do comércio e renovação da economia, graças ao menor perigo das rotas terrestres e marítimas, aumentando a circulação de mercadorias entre a cidade e o campo. Desta forma, ainda segundo Le Goff (1991, p. 7) a melhoria geral das condições de vida neste período produz “um incomparável surto demográfico que fornece a cristandade consumidores, produtores, uma mão-de-obra, um reservatório onde o comércio vai buscar seus homens”.

De acordo com Mumford (2004) a concentração demográfica e a aglomeração comercial formaram historicamente as cidades medievais. Desta forma, o desenvolvimento do comércio, na qual o papel da feiras tem destaque, provocou profundas mudanças na ordem feudal e o aparecimento dos comerciantes e mercadores que, por sua vez, se tornarão grandes concentradores do capital mercantil.

O meio geográfico impunha obstáculos reais ao deslocamento dos mercadores medievais, que viajam por semanas, alguns, inclusive, meses, transpondo desfiladeiros alpinos e estradas perigosas, atravessando os mais remotos cenários ao sabor das intempéries. Os deslocamentos marítimos, preferíveis aos terrestres, não eram menos desafiadores quando se trata do mar, embora fossem mais rápidos e permitissem maior volume de mercadorias transportadas.

Quanto a isso, progressos da cartografia a partir do século XIII, aliados a uma maior difusão de invenções como a vela latina, a bússola e o leme de cadaste, permitiram maior velocidade às viagens marítimas da Idade Média, praticamente eliminando entraves à ancoragem durante a noite, a interrupção durante o inverno e a cabotagem ao longo da costa, fatores que impulsionaram o crescimento do tráfego de navios e maior fluxo de mercadorias nas cidades portuárias. As cidades renascem e o seu novo centro vital, ao lado do antigo núcleo feudal, será o novo bairro de lojas, do mercado e do transito de mercadorias (LE GOFF, 1991).

Pirenne (1965) considera as feiras como um dos fatores de maior importância na organização da economia no período medieval, existindo em várias regiões da Europa e tendo grande representatividade e expressão pelo menos até o final do século XIII. Segundo o autor as feiras estavam presentes “nos diferentes lugares, os mesmos caracteres, de modo que podem ser consideradas como um fenômeno internacional inerente às condições mesmas da sociedade européia. A época do seu apogeu foi a do comercio errante” (PIRENNE, 1965, pg. 103).

Contudo, no século XIII, o grande objetivo do mercador itinerante são as feiras de Champagne, as quais segundo Le Goff:

[...] realizavam-se em Lagny, em Bar-sur-Aube, em Provins e em Troyes, e sucediam-se ao longo do ano: em Lagny, elas aconteciam em janeiro-fevereiro, em Bar, em março-abril; em Provins, realizava-se a feira de Maio em maio-junho, em Troyes a feira de São

João acontecia em julho-agosto, em Provins, novamente, a feira de Santo Ayoul era em setembro-novembro, e em Troyes, enfim, uma segunda vez, a feira de São Remígio realizava-se em novembro-dezembro. As terras da Champagne eram assim um fato capital. Havia lá um mercado quase permanente no mundo ocidental” (LE GOFF, 1991, pg. 15).

Bertrand de Bar-sur-Aube, antigo poeta francês da região de Champagne assim descreve numa primavera, a animação extraordinária que se passava nos dois ou quatro meses do ano em que as feiras reinavam nessas cidades:

*Faz calor e o céu é claro,
A relva está verde e a roseira em flor.
.....
Puseram-se a vagar os mercadores
Que trouxeram bens para vender.
Desde o raiar do dia,
Até a noite cair,
Não param de ir e vir,
Até que cidade esteja repleta.
Fora da cidade se alojam nos prados,
Onde tem tendas e pavilhões fechados.*

A realização das feiras medievais, assim como as feiras de nosso tempo, eram marcadas por uma série de regras, apesar de se apresentarem como um espaço onde todos, em teoria, estrangeiros ou não, possuíam o direito de vender. Seu funcionamento nos burgos ou cidades daquele tempo dependiam de prévia autorização do rei ou dos senhores donos das terras detentores das leis locais. Com relação ao estabelecimento de regras, como indicado no verbete acima, em muitos casos era necessário que o feirante fixasse domicílio durante o tempo da feira e, tal como hoje, realizasse o pagamento pelo direito de estar na feira, o que era proporcional à extensão, conveniência e espaço nela ocupado (GONÇALVES, 2016, p.41).

As cidades comerciais floresceram através dos mercados cada vez mais dinâmicos que se espalhavam por toda parte. O comércio aos poucos estaria em todo lugar, e a essência da cidade seria cada vez mais pautada pela função da troca. De fato, isso se dá no contexto de um novo ordenamento social no qual o capitalismo será cada vez mais o motor e peça fundamental do cotidiano da vida das pessoas. O capitalismo vai introduzir com espantoso sucesso os "costumes da praça de mercado, de maneira universal, em todos os cantos da cidade: nenhuma parte dela

ficava imune à mudança, se esta pudesse ser conseguida em forma de lucro” (MUMFORD, 2004, p. 446).

Nesse contexto, feiras e mercados podem ser entendidos, essencialmente, como atividades muito semelhantes tanto nas cidades ocidentais quanto nas orientais já que o que está em foco não é o seu feitiço mas sua essência de concentração, distribuição e abastecimento da população através do comércio. Na realidade, para alguns estudiosos, como Fernand Braudel, há realmente pouca diferença entre a feira e o mercado nessa época já que para este autor as cidades são “ [...] mais mercados do que cidades, ou melhor, mais feiras do que cidades, mas cidades ou mercados, mercados ou feiras, feiras ou cidades, cidades ou feiras, é tudo a mesma coisa” (BRAUDEL, 1997, p. 461).

Alguns autores contudo fazem uma distinção entre mercados locais e mercados destinados ao comércio de longa distância. É o caso de Polanyi (2000), que considera o florescimento das feiras medievais européias um exemplo clássico de mercado resultante do comércio de longa distância. Quanto aos mercados locais, para este autor são espaços marcados por relações de maior proximidade e vizinhança, pautados pela prática cotidiana, espaços simples mas de grande importância para a vida da comunidade, pois é ali que “[...] as donas de casa vão comprar algumas das suas necessidades domésticas diárias e nos quais agricultores de cereais ou verduras, assim como artesão locais, oferecem seus artigos a venda [...]” (POLANYI, 2000, p. 83).

É dentro desta perspectiva que as noções e realidades de mercado local e de feira, da maneira como conhecemos hoje, se aproximam. É também a partir dessa concepção que se delinea uma das hipóteses sugerida neste trabalho, a qual sugere a ocorrência de feiras por toda história, persistindo a passagem do tempo e transcendendo os limites geográficos, já que essa modalidade de comércio é um acessório vital para a existência local nas cidades e diferem muito pouco entre si, a despeito da época em que se dão.

Certamente, é quase intuitivo pensar que a existência de feiras e mercados locais eram realidades de comércio que iam muito além do continente europeu já que as questões relativas a produção, troca e consumo são comuns a todos os povos do mundo, isto é, são práticas muito antigas que não obedecem fronteiras. Desta forma, é muito provável que encontremos mais semelhanças do que diferenças quando comparamos as feiras da Europa frente as existentes entre outras partes do mundo.

Apesar disso, Pirenne (1965) defende uma distinção muito clara entre feira e mercado local, pelo menos em grande parte do período que compreende a Idade Média na Europa, uma vez que nesta época, as feiras compreendiam uma realidade muito mais complexa que a dos

mercados locais, cujo objetivo primário era o fornecimento de alimentos básicos à população local, geralmente com funcionamento semanal e um raio limitado de alcance, algo parecido com o que conhecemos como as feiras livres de hoje.

As feiras medievais, por sua vez, eram eventos que este autor classifica como lugares de reuniões periódicas dos mercadores profissionais, centros de intercâmbio dinâmicos e de grande escala, frutos do comércio de longa distância, com raio de ação que compreendia uma região e, em alguns casos, um país. As feiras e comerciantes desse período eram altamente especializados e tinham como objetivo trazer a maior quantidade e tipos de mercadorias possíveis que afluíam de todos os pontos do mundo conhecido.

Segundo Mott (1976), a primeira menção ao acontecimento de uma feira no Brasil teria ocorrido ainda no período colonial, por volta de 1548, a mando de Dom João III ao primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza. Em seu ordenamento o Rei português ordenava a realização de uma feira, em cada dia da semana nas vilas e povoados da Bahia para que pudesse trazer, vender e comprar tudo o que fosse necessário (GONÇALVES, 2016).

Contudo, muito diferente das feiras do período medieval, altamente especializadas e comerciais, é mais provável que a realidade da feira brasileira neste período não fosse pautada por um impulso comercial genuíno entre os nativos, já que neste período a economia na colônia ainda era sem dúvida mais fortemente baseada na subsistência e nas relações de troca do que no comércio estruturado, que só viria aparecer séculos mais tarde. Buscava-se sobretudo reunir o maior número possível de mercadorias nativas para envio a metrópole do que fomentar o comércio e atender as necessidades básicas dos habitantes dos primeiros povoados brasileiros.

1.2 Os antecedentes e primórdios da feira livre em São Paulo

São Paulo permanecerá como aglomerado de propriedades rurais que se avizinham ao redor de um minúsculo núcleo urbano pelo menos até o final do século XVI, quando estima-se que sua população somava então algo em torno de 4.000 pessoas. O paulistano típico obtinha seu sustento através do cultivo do solo nessas áreas rurais circundantes, já que dos seus sítios provinha o que era necessário para viver. A vila, que mais se assemelhava a uma aldeia, era praticamente autossuficiente (GUIMARÃES, 1968).

Por outro lado, consta também dessa época os primeiros sinais de problemas relacionados ao abastecimento de alimentos, principalmente no que diz respeito à oferta de carne e sal que não acompanhou o desenvolvimento demográfico da vila e seus entornos. Este problema se agravou nos séculos seguintes, sobretudo no século XVIII quando se deu a corrida

do ouro em Minas Gerais. Neste período já não faltava apenas a carne mas também diversos legumes, verduras e raízes uma vez que muitos sítios foram praticamente abandonados, o que se reflete inclusive na queda da população neste período. Para agravar a situação, muito da produção agrícola era também desviada a mercados mais rendosos como o Rio de Janeiro.

Será somente no início do século XIX que os sítios e chácaras dos arredores de São Paulo retornarão a sua função de reabastecer a população paulistana, no que diz respeito ao fornecimento de produtos alimentícios.

Quanto ao comércio, é seguro dizer que pelo menos até o início do século XVII não havia na cidade estabelecimentos comerciais fixos para os gêneros de primeira necessidade. Por outro lado, sabe-se ter existido, além do comércio empreendido pelos mascates que subiam a serra, um certo tipo de comércio praticado por pessoas da própria cidade, principalmente por mulheres negras escravas que saíam as ruas vendendo alguns produtos via de regra a mando de seus senhores, outras vezes, corajosamente, subtraindo mercadorias dos seus quintais.

Embora tal prática fosse mais adiante proibida por lei, é interessante notar que os escravos de ganho, como eram chamados “posuíam uma espécie de arranjo com seus senhores, os quais lhe permitiam o trabalho cotidiano lançando-se a própria sorte e aos quais prestavam conta ao final do dia. O comércio de rua permitia que eles, além de ganharem seu próprio sustento, conseguissem ainda reunir quantias suficientes para pagarem por sua alforria (JUNQUEIRA e PEETZ, 2015).

Data desta época, já em 1687, um dos primeiros registros e tentativa de oficialização de um arremedo de feira então existente e destinado a comercialização de “gêneros da terra, hortalias e peixe no terreiro da Misericórdia”(BRUNO, 1953, p. 295).

Pode-se dizer que o final do século XVIII marca o início do processo de diferenciação e especialização do comércio de gêneros, onde começamos a notar as primeiras distinções mais claras entre lojas e vendas de produtos perecíveis e tecidos, assim como aquelas especializadas no ramo de fazendas e armarinhos. Descata-se neste período a venda ambulante em quitandas, prática registrada em obras da nossa literatura e tradicionais não só nas ruas de São Paulo, mas também em outras cidades como Rio de Janeiro e Salvador, até o final do século XIX.

Embora o termo quitanda esteja sujeito a muitas definições ao longo da história da cidade, é seguro dizer que era empregado para designar genericamente qualquer tipo de mercado fixo ou ambulante. Segundo o historiador Nuno Santana, as quitandas eram “uma espécie de mercado ou feira, senão a própria praça, a rua o lugar determinado a venda de produtos da terra” (SANTANA, 1944, p.117). Por outro lado, para Francisco de Assis Bueno, “era uma espécie de mercado sedentário, de muita originalidade, formado por uma aglomeração de pretas sentadas, a

um lado da rua, cada qual com seu tabuleiro” (BUENO, 1976 apud JUNQUEIRA e PEETZ, 2015, p. 66).

De qualquer forma, é importante notar que as raízes do comércio ambulante de alimentos nas ruas da cidade estiveram, desde seu início, ligadas ao trabalho da população paulistana menos favorecida, essencialmente por essas mulheres que ficaram conhecidas como quitandeiras. Sabe-se que esse agrupamento feminino era composto principalmente por mulheres negras escravas, mas também por mulheres libertas, pardas e brancas, em situação social menos favorecida, assim como chacareiras empobrecidas.

Embora não se deva confundir as quitandas daquela época com as feiras livres é interessante notar que desde idades afastadas existiam na nascente capital lugares onde se vendiam os produtos de chácaras e sítios, como no Largo da Misericórdia, do Carmo e São Bento.

Ainda no início do século XIX vão se estruturar as primeiras feiras fora do núcleo urbano, mais precisamente nos locais de pouso de tropas, o que viria a ser chamado de mercado caipira e, mais notoriamente, a feira de Pilatos; esta, porém, já no interior da cidade, criada no Campo da Luz a mando do então governador e capitão-general Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, apelidado de Pilatos.

Esta última, segundo Guimarães (1968), é a experiência de feira no século XIX que mais se assemelha à de nossos dias, já que “negociantes se reuniam no local em certos dias do ano e vendiam ferragens, cereais, louças, fazendas, além de outros produtos não só dos arredores de São Paulo, como também de áreas mais distantes” (GUIMARÃES, 1968, p. 23).

A feira de Pilatos, segundo as descrições, se assemelhava a uma espécie de feira regional, mesmo porque havia festas, bailes e outros divertimentos para o público quando estas aconteciam. Como descrevem Junqueira e Peetz (2015, p. 71), “trata-se de um comércio diverso do existente até então e, na verdade, um misto de quermesse”.

É muito curioso constatar que a Feira de Pilatos, como nas feiras europeias da Idade Média, configurava-se ao mesmo tempo como evento comercial e festivo, tendo como referência, da mesma maneira, o calendário de comemorações da igreja Católica e o ciclo de cultivo da agricultura.

Assiste-se assim, no século XIX, uma significativa expansão da presença de feiras e mercados com participação marcante de caipiras e mercadores dos arredores de São Paulo que por sua vez vinham vender seus produtos na cidade, frutos da produção das áreas rurais contíguas à cidade.

1.3 A saga das feiras paulistanas no século XX

Conforme explica Hélio Junqueira, o reconhecimento oficial da feira livre na cidade de São Paulo no início do século XX, deve-se em grande medida ao processo de reivindicação contínua de lideranças e movimentos trabalhistas fortemente organizados em luta por melhores condições de vida e de trabalho, já que “nos primeiros anos da década de 1910, o cenário econômico em todo país era de fato desolador, especialmente para as classes laboriosas”.

De fato, nesta época em São Paulo, as crises de carestia e desabastecimento – somadas ao vertiginoso crescimento da população da capital – eram recorrentes e agravavam-se continuamente e aceleradamente. Havia falta dos gêneros mais essenciais para a subsistência, o que levava os preços de alimentos a alturas estratosféricas, especialmente frente ao reduzido poder de compra dos trabalhadores.

Estes trabalhadores, ao lado de sindicalistas e capitaneados pelos anarquistas declararam o ano de 1913 como o ano decisivo de articulação do seu movimento contra a carestia de alimentos. Sua luta visava a baixa dos preços dos gêneros alimentícios, aumentando o acesso dos trabalhadores a uma alimentação minimamente satisfatória e digna.

Em nível nacional, a demanda surte efeito quando o então ministro da Agricultura, Pedro de Toledo, propõe a criação de alternativas comerciais que barateassem o acesso a alimentos à população trabalhadora através da eliminação de atravessadores e isenção de impostos sobre os alimentos. Assim abre-se uma importante frente a proposição de iniciativas como a criação oficial das feiras livres no cenário brasileiro.

É possível imaginar a dimensão do ataque que adveio sobre esta ideia, particularmente pela elite paulistana e seus comerciantes de gêneros alimentícios estabelecidos à época que prontamente tacharam a iniciativa de implantação das feiras livres de “subversiva, anarquista, socialista e prejudicial ao comércio” (DULLES, 1977, p. 33).

Em 25 de agosto de 1914, o então prefeito Washington Luiz Pereira de Souza, vai oficializar através do ato nº 710, a primeira feira livre da cidade, a princípio chamada de “mercado franco”, por estabelecer que os produtos que lá se comercializariam, em sua grande maioria, não estariam sujeitos ao recolhimento de impostos pela gestão municipal.

Assim nasceu a primeira feira livre regularizada em São Paulo, realizada no Largo General Osório, a título de experiência, com apenas 26 feirantes e às segundas-feiras, mas que na verdade foi apenas a oficialização de uma feira antecedente que tradicionalmente funcionava no centro da cidade. A segunda acontecerá no Largo do Arouche e contava com 116 feirantes. A terceira, no largo Morais de Barros. Apenas 1 ano após o decreto municipal, já perfaziam o número de 7;

sendo 2 no Arouche, 2 no Largo General Osório e as demais no Largo Moraes de Barro, no Largo São Paulo e na Rua São Domingos (BRUNO, 1953, p. 145).

É preciso entender este projeto do poder público como uma iniciativa modernizante que almejava substituir o tradicional mercadejar do tempo colonial, ambulante e quitandeiro. Para a gestão municipal era preciso adequar este tipo de iniciativa nas ruas da cidade como forma simbólica de reafirmar a ordem, higiene e o progresso. Sob esse prisma, era preciso também enquadrar a feira como espetáculo organizado, a rua com uma estética padronizada e barracas adequadas, sua disposição geométrica, horários de início e término, vigorosamente vigiados por fiscais e pelo policiamento.

O projeto da modernidade com sua fé inabalável no desenvolvimento e no progresso permanente, vai invadir o espaço urbano e iniciar um processo de profundas transformações na vida cotidiana e na forma das cidades, num contexto histórico mais abrangente que ficou conhecido como *Belle Époque*. A exemplo da Paris do Barão de Haussmann, cidade que mudava da noite para o dia com seus famosos projetos de bulevares, remodelações e drásticas reformas para o embelezamento da capital francesa, tantas outras cidades ao redor do mundo copiaram e empreenderam verdadeiras revoluções arquitetônicas e urbanísticas da qual São Paulo, que já começava a dar provas mais eloquentes do seu enriquecimento, não poderia ficar de fora.

A elite paulistana buscava adquirir hábitos mais refinados e cosmopolitas, procurando se afastar das suas origens simplórias e caipiras. Se por um lado, condenava efusivamente o avanço da feira livre, por outro aplaudia com entusiasmo a instalação dos mercados de flores que faziam lembrar a glamorosa capital europeia. É nesse contexto que o poder público paulistano julgava necessário modificar o espaço urbano confuso, de construções antigas e caóticas, ruelas sujas e sobrados decadentes. Esse movimento, como já explicado, vai impactar diretamente a rua e o comércio ambulante, onde as feiras também se veem obrigadas a assumir nas décadas seguintes uma nova espacialidade que refletisse essa nova ordem e ideário, uma nova disposição sobre o modo de viver e habitar a cidade.

Segundo Olmária Guimarães, o reconhecimento oficial das feiras a partir de 1914:

[...] lhes conferiu uma regulamentação, permitindo-lhes uma localização, previamente designada, em qualquer ponto do município de São Paulo, portanto estendendo seu âmbito de ação para a venda de gêneros alimentícios, uma ou mais vezes por semana, deu-lhes um horário para comercialização (das 6 às 11 horas), ao mesmo tempo que protegeu os feirantes em relação aos ambulantes e comerciantes já estabelecidos na cidade, os quais só poderiam negociar nas feiras das 10 às 11 horas (GUIMARÃES, 1968, p. 25).

Contudo, não havia ainda neste momento, qualquer preocupação com a disposição das barracas, que eram montadas aleatoriamente por ordem de chegada e não por ramos de comércio, segundo relatos da época. Por outro lado, já havia a figura do fiscal público que recebia de cada feirante uma taxa correspondente ao metro quadrado por este ocupado na rua.

Somente após duas décadas de existência formal é que vai iniciar-se um processo de reorganização das feiras pela cidade, quando os feirantes são obrigados a tirar licença de profissão e localização na feira, cuja gestão ficará a cargo da Intendência Geral dos Mercados, condicionando o feirante a ela se matricular (GUIMARÃES, 1968).

A distribuição espacial das feiras recebe em 1948 um grande impulso no que tange a sua expansão numérica e capilaridade no interior da cidade, quando a prefeitura determina a instalação de, no mínimo, uma feira semanal em cada subdistrito ou bairro e também amplia o seu horário de funcionamento das 11 para as 12 horas. Hoje, não é incomum encontrarmos mais de 3 feiras funcionando em um mesmo bairro e no mesmo dia da semana.

Se por um lado as feiras paulistanas seguem em franca expansão até 1960, somando então 452 equipamentos nos primeiros anos da década e totalizando 12.675 feirantes, segundo registros da prefeitura, pesam contra elas, de maneira crescente, inúmeras críticas, sobretudo pelos empresários e donos do comércio estabelecido e fixo, fortemente apoiados pela elite paulistana e pelos jornais da época que odiavam o funcionamento das feiras na região central da cidade.

Segundo Junqueira e Peetz (2015), os ataques midiáticos eram repetidos a exaustão e condenavam as feiras livres pela sujeira que deixavam nas ruas e logradouros públicos, os transtornos causados ao trânsito na cidade, suas precárias condições de higiene que se agravavam nos dias de intenso calor e sua pressuposta obsolescência frente à alternativas mais modernas que começavam a se desenhar para o abastecimento dos gêneros de primeira necessidade, como os mercados distritais e os recém chegados supermercados.

Nos anos que se seguem recrudescem o controle do poder municipal sobre as feiras livres através de decretos mais específicos que buscavam normatizar tanto a organização interna quanto espacial destes equipamentos pela cidade. Data dessa época, por exemplo, em resposta as intensas críticas e demandas sociais, a fixação de critérios para a implantação de novas feiras, os quais deveriam seguir as seguintes condições: razoável adensamento populacional, localização viável e propícia, interesse da própria população local e/ou do poder público municipal e/ou dos próprios feirantes.

Dentre esses decretos, destaca-se o de nº 5.841, que será o mais completo e detalhado instrumento criado pelo poder público paulistano no que diz respeito à normatização, disciplina, organização e funcionamento das feiras livres na capital. Dentro deste espectro normativo,

regula-se a organização das feiras, a divisão por ramos de comércio e locais pré-estabelecidos, o número mínimo e máximo de bancas em cada equipamento, assim como as distâncias que se deveria seguir de outros equipamentos como escolas, hospitais, igrejas, mercados distritais e sua regularidade semanal no mesmo local.

Apesar das medidas adotadas pela prefeitura, é importante destacar que a violência e constância dos discursos opositores à existência da feira livre – com destaque ao ataque contínuo de muitos editoriais jornalísticos a época – não cessam. Mesmo com a proibição das feiras às segundas-feiras em toda capital a partir de janeiro de 1965, os ataques a estes equipamentos continuam.

As feiras, apontadas como uma espécie de “ciganagem mercantil”, “primitivos mercados errantes” ou ainda “zonas malditas”, foram duramente atacadas devido a sujeira, congestionamento e transtornos que causavam, a tal ponto que, no mesmo ano, em decorrência dos problemas apontados nos logradouros onde estas se instalavam, o poder público estabeleceu, pela primeira vez, através da portaria nº 78/65, os critérios para a extinção das feiras que ficavam condicionadas a um dos seguintes fatores: a) quando seu funcionamento acarretasse prejuízos de ordem urbanística ao local de instalação; b) quando o feirante se desinteressasse pelo seu funcionamento (o que seria verificado pela presença e frequência dos mesmos em número inferior fixado pela categoria e; c) quando a instalação nas proximidades da feira de outros estabelecimentos mais eficientes – mercados distritais, supermercados, entre postos e afins – tornassem desaconselhável sua manutenção.

A tal ponto chega os esforços de iniciativa organizadora e modernizantes que a prefeitura cria políticas de instalação das chamadas “feiras modernas” em locais fechados e de posse pública, ou ainda em espaços como parques e praças permanentes, dotados de área de estacionamento, sanitários, bombas d’água para a limpeza e depósitos de lixo instalados no local.

A exemplo de outras medidas arbitrárias adotadas pelo poder municipal sem considerar o devido impacto de seus projetos, não somente no caso das feiras livres, esse novo projeto desagradou profundamente os feirantes da cidade. Em primeiro lugar, porque a instalação de uma feira moderna implicava na substituição de no mínimo três grandes feiras pré-existentes no lugar onde se instalavam, deslocando relações e destruindo pequenas economias familiares tão duramente conquistadas ao longo de décadas de operação. Segundo, porque ao prever a concentração dos feirantes nesses novos espaços, não previa a concentração correspondente da freguesia, levando a uma perda importante nos volumes oferecidos e número de vendas.

Conforme explicam Junqueira e Peetz (2015), o descontentamento foi tanto que “muitos foram os casos de enfrentamento direto entre feirantes, autoridades administrativas e policiais,

tendo por propósito a retomada, à força, dos locais de comercialização extintos pela prefeitura” (JUNQUEIRA e PEETZ, 2015, p. 123).

Apesar da perseguição, das críticas da elite e das constantes medidas disciplinadoras, é importante destacar que as manifestações do público vizinho a estas feiras livres, principalmente a opinião das donas de casa, não eram de todo, e necessariamente, desfavoráveis a elas. Diversas pesquisas e estudos organizados pela crescente tecno-burocracia da época ligada ao setor de abastecimento na capital, seguiriam revelando a inquestionável importância das feiras livres para as famílias paulistanas, principalmente no tocante ao acesso a alimentos frescos e perecíveis como as frutas, hortaliças, verduras e os já tradicionais pescados, nos quais as feiras livres levavam vantagem sobre os equipamentos de auto-serviço.

Segundo um levantamento de 1969, 43.6% das donas de casa afirmavam preferir as feiras livres a qualquer outro tipo de equipamento comercial para a composição de sua cesta de consumo alimentar¹.

Essa tendência se manterá firme, apesar de todos os esforços públicos e da mobilização de todo um arcabouço tecno-político que vinha justamente ao encontro dos militantes pela causa da extinção das feiras e sua transposição para os supermercados.

O poder público, forçado a reconhecer tecnicamente a importância das feiras livres frente à impossibilidade de erradicar as feiras existentes, resta apenas seguir em frente com sua agenda disciplinadora e modernizante destes equipamentos.

Na década de 1970, conforme explica Junqueira, o esforço mais significativo será o de reenquadramento e realocação das feiras existentes nas zonas centrais e intermediárias da cidade, restringindo o que podia ser vendido ou não nas feiras e obrigando feirantes divergentes a se transferirem a outros postos mais afastados.

Na década de 1980, as feiras paulistanas quase vêm a nocaute com a implantação dos primeiros projetos na área de varejo alimentar, os quais visavam combater a grande vilã e incontrolável inflação generalizada do período, especialmente no setor alimentício. Nesse contexto, se dá a implantação e operacionalização dos chamados mercadões que chegam para competir diretamente com as feiras livres, principalmente nas periferias urbanas.

Em princípio, estima-se que nesta época, 65% dos vendedores que participavam dos mercadões eram produtores que lá iam realizar a comercialização direta de suas mercadorias, em coerência com a estratégia de eliminação de atravessadores almejada pelo poder municipal.

¹ FEIRA LIVRE, *Folha de São Paulo*, Primeiro Caderno, 10 de agosto de 1969, pg. 16. Os demais índices de preferência de compras apontados pelas donas de casa foram: 28.82% para os empórios; 8.27% para as cooperativas de consumo; 4.76% para os supermercados; 4.65% para as mercearias e, finalmente, 10.24% para outros locais diversos.

A proposta original dos mercadões não se sustentou por muito tempo uma vez que os feirantes logo vieram a ocupar um papel relevante dentro destes novos equipamentos, adaptando-se as estratégias operacionais impostas, tal como o controle e a fiscalização dos preços praticados, os quais deviam ser limitados a 15% sobre aqueles observados na Ceagesp no dia interior. Os mercadões logo tiveram o seu nome então alterado para “varejões”. Para os feirantes era interessante a participação nos varejões por possibilitar maior escala de venda, aproveitando também a elevada penetração da ideia junto aos consumidores paulistanos, apoiada em larga publicidade, apesar da sujeição aos preços controlados pela prefeitura.

Essa proposta teve grande impacto e relevante capilaridade urbana na cidade de São Paulo, de tal forma que se no início de 1983, a participação das feiras livres como destino das mercadorias transacionadas na Ceagesp era de 48.1%, 10 anos depois, essa participação já se encontrava reduzida a pouco mais da metade, 28.8%, em decorrência da expansão acelerada de sacolões e varejões (JUNQUEIRA, 1994).

Os anos 1990 são marcados pela consolidação da presença dos supermercados no abastecimento metropolitano de alimentos, onde a centralização das aquisições e entregas de frutas, legumes e verduras em modernos e eficientes centros de distribuição tornara-se completo.

Por outro lado, com a implantação do plano real, alguns anos mais tarde, as feiras livres na cidade ganham um novo fôlego, recuperando, em certa medida, o papel socioeconômico por elas desempenhado, através de uma recuperação significativa das vendas explicada pelo aumento do poder aquisitivo das classes de menor renda, principalmente nas periferias da cidade, onde as feiras representam até hoje maior expressão relativa no abastecimento familiar.

Mais um duro golpe recai sobre as feiras quando os supermercados, por sua vez, também aderem à estratégia dos sacolões, implantando ofertas de venda a quilo em seu departamento de frutas, legumes e verduras, num determinado dia da semana, quase sempre fazendo-as coincidir com o da realização da feira livre mais próxima.

Ainda assim, mesmo combatidas historicamente em todas as frentes e cercadas por todos os lados, as feiras livres paulistanas resistem.

Hoje, ainda funcionam semanalmente na cidade de São Paulo 883 feiras operadas por cerca de 12 mil feirantes.

2 ONDE ESTÁ A FEIRA NO “ESPAÇO DIVIDIDO”?

2.1 A feira livre como atividade do circuito inferior da economia urbana

Como argumentamos no capítulo anterior, o comércio popular de rua representado pelas feiras livres – e muito antes delas, através dos vendedores ambulantes e inúmeras quitandas que eram retratos de uma economia informal já presente na sociedade escravocrata brasileira – surge em São Paulo muitos anos antes do aparecimento dos primeiros supermercados convencionais, em meados do século XX. Embora não se possa negar a força destes últimos na cidade que se tornou metrópole, é igualmente necessário reconhecer a tradição ainda muito forte das feiras paulistanas e o papel que estas representam no consumo de gêneros alimentícios, notadamente no ramo de produtos perecíveis.

Mais que isso, é importante reconhecê-las no âmbito econômico como atividade que garante o sustento a milhares de trabalhadores tanto direta quanto indiretamente perpassando os diferentes setores que permitem sua realização cotidiana.

O caráter móvel e itinerante nas feiras, uma realidade assimilada pela população, faz parte do ritual daqueles que nelas trabalham e consomem. A impossibilidade de sua fixidez espacial se relativiza pelo uso repetitivo e contínuo dos espaços públicos urbanos através do tempo, uma prática que produz forte apelo a memória das pessoas e opção de consumo que permanece viável, apesar de todas as dificuldades que enfrentam e desafios que o contexto urbano contemporâneo apresenta.

Hoje estabelecidas e tradicionais nas cidades, as feiras livres são pontos comerciais que se mantêm “enraizadas” em cada bairro, rua ou praça não apenas em São Paulo, mas em milhares de municípios do Brasil. Se estão em declínio ou irão desaparecer em breve, é um assunto que tentaremos abordar mais adiante neste trabalho. Convém agora discutir sua importância aprofundando a análise sob a luz de conceitos geográficos que consideramos chave para o entendimento deste fenômeno espacial que se manifesta nas diferentes dimensões que compõe a vida na cidade e os motivos pelos quais permanecem relevantes num cenário urbano tão complexo.

A teoria do geógrafo Milton Santos sobre o processo de urbanização nos países subdesenvolvidos, proposta no final da década de 1970, permanece atual e nos ajuda a compreender o posicionamento da feira livre na metrópole, pois coaduna diversos vetores de análise (econômico, social e espacial) ampliando o alcance explicativo. A análise sempre atenta e crítica deste autor resgata a importância de enxergar a metrópole através de uma complexidade de

redes, fluxos e relações que atuam de forma diferente no espaço urbano dos países do terceiro mundo.

Essa ideia é particularmente cara ao estudo das feiras livres pois reconhece uma multiplicidade de agentes econômicos à margem dos circuitos oficiais, dos grandes negócios, dos poderosos bancos e gigantes corporações altamente intensivas em capital e tecnologia. Embora pequenos em porte, esses modestos agentes econômicos, categoria da qual os feirantes fazem parte, compõem uma imensa massa de trabalhadores que também movimentam a economia nas grandes cidades, porém em escala diferenciada.

Enquanto a cidade se constrói, dentre outras funções, como condição necessária para a atividade econômica, esta aparece ao mesmo tempo como meio e produto desta atividade, isto é, produto do trabalho daqueles que a habitam. Contudo, o espaço urbano construído está condicionado a um uso diferenciado conforme o poder e tamanho de seus agentes econômicos. Em tese disponível a todos, a infraestrutura de circulação material e imaterial que a cidade moderna oferece não serve da mesma maneira a esse conjunto de agentes, pois estes possuem velocidades diferentes condizentes com o circuito do qual participam na economia urbana.

Conforme explica Santos (1979, p.15), “o espaço dos países subdesenvolvidos é marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade, que se exprimem, ao nível regional, por uma tendência à hierarquização de atividades e, na escala, do lugar, pela coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes”. Essa profunda desigualdade é o retrato de modernizações que se realizam seletivamente no espaço, transformando os lugares e as cidades, ao mesmo tempo em que afetam tanto a produção quanto o consumo da população. Sob esse prisma, o autor relaciona a seletividade econômica e social no espaço com a formação de “dois circuitos econômicos”:

O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou exterior. O circuito inferior, formado de atividade de pequena dimensão e interessado principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região (SANTOS, 1979, p.16).

De maneira simplificada, podemos dizer que o circuito superior é composto pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior, por sua vez, é constituído basicamente pelas formas de fabricação não intensivas em capital, pelos serviços não modernos fornecidos a varejo e pelo comércio não moderno de pequena dimensão. A análise do Quadro 1, a seguir, permite

identificar as principais diferenças entre os dois circuitos da economia urbana. Da mesma forma, a leitura e o entendimento das variáveis que compõem o quadro abaixo nos permite afirmar que a feira livre, pela dimensão e natureza das relações que abriga, é uma das atividades econômicas que compõem o circuito inferior da economia.

Quadro 1 – Características da economia urbana dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos

| | CIRCUITO SUPERIOR | CIRCUITO INFERIOR |
|--------------------------------|---|---|
| Tecnologia | capital intensivo | trabalho intensivo |
| Organização | burocrática | primitiva |
| Capitais | importantes | reduzidos |
| Emprego | reduzido | volumoso |
| Assalariado | dominante | não obrigatórios |
| Estoques | grande quantidade e/ou alta qualidade | pequena quantidade |
| Preços | fixos (em geral) | submetidos à discussão entre comprador e vendedor (<i>haggling</i>) |
| Crédito | bancários | pessoal não institucional |
| Margem de lucro | institucional reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo) | elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios |
| Relações com a clientela | impessoais e/ou com papéis | diretas, personalizadas |
| Custos fixos | importantes | desprezíveis |
| Publicidade | necessária | nula |
| Reutilização dos bens | nula | frequente |
| <i>Overhead</i> capital | indispensável | dispensável |
| Ajuda governamental | importante | nula ou quase nula |
| Dependência direta do exterior | grande, atividade voltada para o exterior | reduzida ou nula |

Fonte: Santos (1979)

É claro que o simples exame do Quadro 1 por si só não é suficiente para se admitir que uma determinada atividade, no caso a feira, pertença a um ou outro circuito. Assim, se faz

necessário investigar e conhecer o encaminhamento teórico subjacente à diferenciação formal entre os dois. Vem a nosso encontro a análise de Mascarenhas (1992) que, ao estudar o comportamento e a natureza da feira livre carioca a partir dos elementos contidos no Quadro 1, percebe da mesma forma o enquadramento da feira no circuito inferior da economia. O autor, contudo, destaca dois aspectos importantes de destoamento os quais também julgamos válidos no caso das feiras paulistas: organização e estoques. São ressalvas que em nada comprometem a classificação da feira como atividade do circuito inferior, porém é prudente resgatá-las.

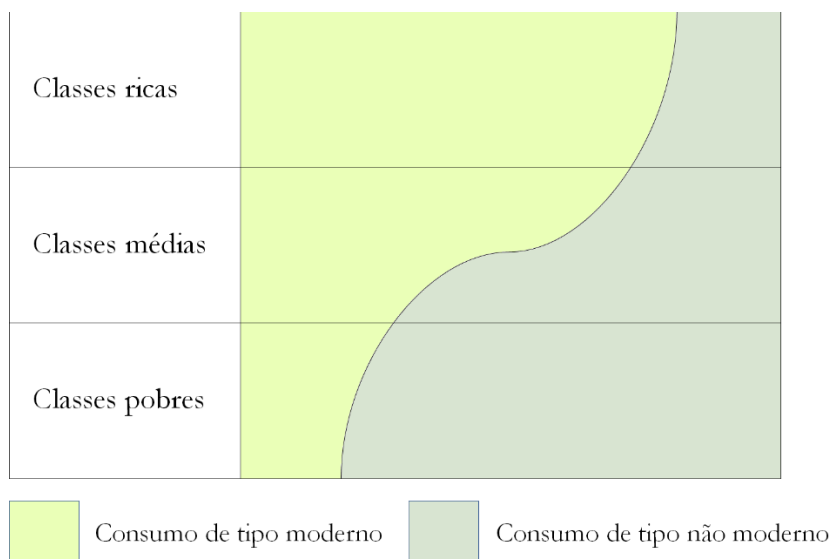
De modo geral, atribui-se ao circuito inferior da economia um estágio primitivo de organização quando comparado ao nível que se encontra no circuito superior. No caso das feiras, essa constatação não corresponde totalmente a realidade, uma vez que demonstramos a construção histórica de normas voltadas ao regimento da feira que, em princípio, está submetida a gestão e fiscalização por parte dos órgãos públicos. Por outro lado, é verdade que a maioria dos feirantes administra o funcionamento de sua barraca de modo informal, muitas vezes sem registro de contabilidade do seu negócio, empregando ajudantes em carteira assinada e valendo-se de um alto grau de improvisação (MASCARENHAS, 1992).

Se é verdade que cabe ao circuito inferior operar com produtos e serviços de qualidade inferior, no caso da feira livre, essa constatação não se concretiza plenamente no plano da prática. É justo afirmar que na feira os produtos são oferecidos de maneira mais simples e que o ambiente da rua é menos confortável que o interior de um supermercado. No entanto, as feiras paulistas são riquíssimas no que tange a variedade e frescor dos alimentos ofertados, tanto no caso das frutas e verduras, quanto dos pescados, o que atrai uma freguesia fiel e exigente.

É importante destacar ainda que os circuitos da economia urbana, por estarem espacialmente imbricados no território, não são estanques e nem devem ser caracterizados por variáveis isoladas, mas sim pelo funcionamento em conjunto de atividades. Devemos entendê-los como subsistemas de um mesmo sistema econômico, no qual todas as atividades estão relacionadas de alguma maneira. A feira livre, apesar de situar-se no circuito inferior, faz parte de um processo contínuo de transformação e adaptação, onde espera-se que parte de seu abastecimento provenha, direta ou indiretamente, de setores mais modernos da economia, como acontece em todas as cadeias. No caso das feiras, esta dinâmica de interdependência entre as atividades dos dois circuitos se evidencia, por exemplo, no fato de que os grandes atacadistas de alimentos e transportadoras dependem das atividades desempenhadas pelos feirantes no âmbito do varejo. Sob esse mesmo viés relacional, pode-se afirmar que as feiras paulistas, que hoje se espalham pelas ruas de praticamente todos os bairros, inclusive com presença destacada em áreas

abastadas da cidade, põem em contato direto diferentes classes sociais tanto como espaços de consumo quanto de sociabilidade, como se infere pela figura 1.

Figura 1 – Distribuição de renda e participação nos dois circuitos



Fonte: Santos (1979)

São mais ricos, porém, os elementos que diferenciam as feiras livres, pertencentes ao circuito inferior, da natureza das atividades do circuito superior da economia. Sobre esse aspecto, o primeiro elemento e talvez o de maior importância nesta diferenciação é o fato de que as feiras (diferentemente das grandes firmas que se organizam em função da acumulação de capital) estão muito mais relacionadas com a sobrevivência das pessoas que nelas trabalham, isto é, com a subsistência familiar dos feirantes, do que com a expansão de suas atividades e, por conseguinte, seu lucro.

Como argumenta Santos (1979) e como também sugere o Quadro 1, as atividades do circuito superior usufruem direta ou indiretamente de ajuda governamental. Não são raras as situações em que o Estado se encontra refém dos interesses das grandes corporações, favorecendo-as não apenas através de um respaldo legislativo que facilite o desempenho de seus negócios, mas financiando investimentos massivos em projetos de infraestrutura urbana. Não é exagero dizer que o funcionamento das atividades do circuito superior tende a controlar a economia por inteiro. As atividades do circuito inferior não dispõem do mesmo apoio; muito pelo contrário, são frequentemente perseguidas pela ação do poder público e por ele fortemente reguladas, como explicamos na primeira parte deste trabalho, na discussão sobre a trajetória das feiras livres na cidade de São Paulo.

Decorridos mais de cem anos desde sua oficialização, as feiras livres paulistanas seguem em pleno funcionamento na metrópole, apesar das profundas e aceleradas mudanças que se deram no curso de sua urbanização e modernização. Acompanhando um novo ritmo da cidade, o comércio do setor varejista passou por mudanças estruturais importantes nesse período, com a entrada e consolidação das primeiras redes de supermercado na cidade. Obviamente, feiras livres e supermercados há muito tempo já não competem de igual para igual, não apenas em número de equipamentos como também no que tange ao poder de distribuição de alimentos comercializados no varejo. Os supermercados se difundem rapidamente na cidade e em poucas décadas se organizam em poderosas redes empresariais. Adaptados ao sistema urbano moderno, esses grandes estabelecimentos de auto-serviço, pautados pela lógica da automobilidade, então fortemente amparada pelo planejamento urbano governamental, crescem em ritmo acelerado e se constituem em poucas décadas em grandes cadeias de lojas. Segundo levantamento realizado pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), três grandes redes de supermercado (Grupo Pão de Açúcar, Carrefour e Wal-Mart) praticamente dominam o setor, concentrando o grosso das atividades do comércio varejista. Ainda segundo estimativa deste mesmo órgão, na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, os supermercados controlam cerca de 40% do abastecimento de hortícolas. Essa tendência de concentração das atividades de varejo em poucas e enormes empresas, é outro dado bastante peculiar ao funcionamento do circuito superior e de fácil constatação não apenas em nível nacional, mas mundial.

A pulverização dos supermercados é frequentemente apontada pelos próprios feirantes como causa da queda de movimento nas feiras livres. A esse respeito, cabe dizer também que faz parte da estratégia das grandes redes de supermercados não apenas o seu oferecimento amplo e cada dia mais capilarizado na cidade (através do aparecimento dos minimercados), mas também o investimento intensivo em publicidade nos meios de comunicação populares. Semanalmente nos deparamos com a veiculação de propagandas na televisão e no rádio por parte dos super e hipermercados. Como explica Santos (1979), boa parte do circuito superior se baseia na publicidade, uma das principais armas modernas empregadas para modificar os gostos e deformar o perfil da demanda. No circuito inferior, o investimento em publicidade é muito difícil e pouco viável, já que no geral a margem de lucro é destinada para a subsistência do agente e de sua família, sendo inclusive dispensável em muitos casos, uma vez que a propaganda é substituída pelos contatos diretos com a clientela.

Apesar de seculares – e esse talvez seja um dos símbolos mais bonitos desta atividade na metrópole – as feiras seguem representando um elo importante na cadeia de abastecimento alimentar na cidade de São Paulo, uma vez que muitos consumidores ainda preferem frequentá-

las aos supermercados e redes de hortifruti convencionais. Contudo, conforme aponta Leny Sato e, segundo avaliação de uma representante do Sindicato de Feirantes de São Paulo:

[...] a feira livre continua a existir não por motivos culturais, mas principalmente por motivos econômicos e organizativos, uma vez que é o meio de comercialização de determinados gêneros mais capilarizado na metrópole, representando, ainda, uma enorme capacidade para o escoamento de grandes volumes de hortifrutigranjeiros e de pescados (SATO, 2012 p. 55).

Feiras livres, sacolões, hortifrutis, mercadões, supermercados e hipermercados são apenas alguns elementos que compõem o grande mosaico de opções de consumo a varejo no moderno espaço urbano. A coexistência destes frente ao quase desaparecimento de outros, como se deu com as quitandas há algumas décadas, é retrato da complexidade de agentes econômicos atuando com velocidades e níveis diferentes na metrópole.

Isto se explica porque no espaço urbano contemporâneo “alguns elementos cedem lugar, completa ou parcialmente, a outros de mesma classe, porém mais modernos, outros resistem à modernização; em muitos casos, elementos de diferentes períodos coexistem”. Isso porque “o espaço, considerado com um elemento de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro, situações que se apresentam na atualidade” (SANTOS, 1985, p. 36).

Se por um lado as feiras se vêm historicamente ameaçadas pela presença dos sacolões e redes de supermercado, por outro, é possível dizer que elas também os pressionam; já que nesses ambientes se observa uma nítida intenção de criar uma atmosfera social que remeta às feiras (SATO, 2012). Ao visitarmos o interior desses grandes e médios varejistas, particularmente o setor de LFV (Legumes, Frutas e Verduras), torna-se visível, pela organização intencional das barracas e pelo arranjo meticuloso dos alimentos *in natura* nela dispostos, todo um jogo de cores e aromas que faz parte de uma estratégia de marketing sensorial que imita a estética das bancas da feira livre e o “saber fazer” dos feirantes. Em alguns estabelecimentos é comum encontrarmos funcionários que se aproximam dos fregueses oferecendo provas de degustação na tentativa de estabelecer um diálogo sobre os produtos ofertados. Isso faz lembrar a dinâmica de encontros e conversas que se dão espontaneamente na rua entre fregueses e feirantes.

Figura 2 – Eataly – Espaço *gourmet* inaugurado em 2015 em São Paulo



Fonte: <http://ficavaiteirjanta.com.br/la-pasta-eataly/>

2.2 A modernidade e o “eclipsamento” das ruas na metrópole

Na metrópole de nosso tempo, a feira livre é um acontecimento encarado por muitos habitantes como transtorno e confusão. Para alguns, a feira é sinônimo de atraso, desorganização, uma forma de atividade de tempos antigos que hoje se encontra amplamente superada por alternativas mais modernas, eficientes e quiçá mais econômicas de consumo. Para os moradores de seu entorno imediato, a feira, quando não aparece como incômodo, certamente representa um anacronismo urbano cujos transtornos e problemas se agravam ainda mais pela proximidade.

Embora opiniões negativas sobre as feiras não sejam unanimidade, muitos também sustentam a ideia de que os elementos que compõe sua organização, remetem a uma imagem que já não combina com a paisagem urbana moderna. A modernidade traz consigo toda uma atmosfera onde se percebe uma poderosa tendência de destruição de tudo aquilo que destoa. Nem tudo aquilo que representa o passado implica, necessariamente, em atraso, mas o fato é que a regra de nosso tempo é, sem sombra de dúvidas, pautada pela velocidade e constância das mudanças e, num sentido mais amplo, pela efemeridade. A constatação de que a feira está em desacordo com a paisagem moderna da cidade é um dos principais motivos pelos quais a feira é hoje rejeitada.

Em nosso estudo, contudo, essa constatação de “destoamento” teve um efeito contrário, ou seja, uma impressão positiva. Os elementos estéticos que compõem a feira livre e, portanto, se opõem àquilo que é visualmente considerado “moderno” na grande cidade, antes de suscitarem uma imagem negativa ou ultrapassada foram, pelo contrário, os primeiros sinais de revelação das peculiaridades da feira e interesse pelo tema.

A modernidade vai transformando ou aniquilando as coisas diferentemente e a seu tempo; as vezes em anos, as vezes em meses. A permanência de formas e usos distintos no território urbano contemporâneo é, desta forma, um dado que reflete a complexidade e diversidade dos arranjos socioespaciais nele circunscritos e as diferentes temporalidades que se sobrepõem nas grandes metrópoles, como é o caso de São Paulo.

Ocorre frequentemente que, tanto para as grandes empreiteiras e firmas de arquitetura, quanto nos gabinetes de planejamento urbano governamentais, isto é, nas esferas pública e privada, as formas da cidade precisam ser o retrato das novas e modernas técnicas de construir e de se transitar na metrópole, ou seja, elementos de um progresso simbólico e material, na qual o espaço, invariavelmente, precisa estar em contínuo processo de transformação e substituição do “antigo” pelo “novo”.

Como explica Lefebvre (1991), a modernidade é portadora não só de um conjunto de novas expectativas e práticas sociais, mas também de transformações decisivas no espaço urbano, eliminando antigas urbanidades e as substituindo por outros formatos. Reafirmando a importância que Lefebvre atribui ao espaço como categoria de análise fundamental para compreensão do mundo moderno, o autor enfatiza o papel decisivo representado pelo Estado cuja atuação direta no espaço metropolitano se dá através da construção da infraestrutura necessária e condições fundamentais para as novas atividades econômicas e reprodução continuada do capital.

Ainda no plano econômico das transformações que marcam o mundo moderno, destacamos a passagem do capital produtivo para o capital financeiro, processo que marca o atual estágio de urbanização em São Paulo, marcada por um processo contínuo de descentralização industrial e centralização financeira, aprofundando as contradições na metrópole (CARLOS, 2007). Nesse contexto, cabe destacar que “o capital financeiro para se realizar hoje, o faz através do espaço, isto é, produzindo o espaço enquanto exigência da acumulação continuada sob novas modalidades, articuladas ao plano mundial (Carlos, 2007 p. 16). Desta forma, na metrópole de nossos dias, o espaço urbano aparece como meio e condição necessária a (re)produção do capital e, assim, também como mercadoria a ser consumida.

Vivemos em um mundo em contínuo movimento, fato que se nota pelo fluxo contínuo nos grandes nós de circulação viária na paisagem urbana, uma alusão à velocidade do capital no mundo moderno. Em nossos percursos de deslocamento diário, movimentos repetidos e com trajeto pouco variável, o ato de transitar pelas vias da cidade perde cada vez mais sua tridimensionalidade. Em constante movimento, dentro dos carros, ônibus ou metrô, muito pouco se apreende olhando para fora, pois tudo é muito rápido, instantâneo. Sob esse prisma, o deslocamento na metrópole produz um sentimento de ausência tanto de sentido como pertencimento aos lugares, pois estamos sempre de passagem. Não apenas estamos sempre de passagem, um ir e vir constante, como estamos frequentemente com pressa de chegar. É grande o aborrecimento daqueles que se veem obrigados a mudar o caminho quando encontram a rua ocupada pela feira livre, impedindo a passagem dos veículos.

As grandes vias da cidade, construídas para privilegiar o deslocamento individual, vão historicamente eliminando o espaço antes dedicado às calçadas e, frente à necessidade de serem cada vez mais amplas, vão mudando a configuração dos bairros, cerceando os passos ou mesmo impedindo o caminhar das pessoas, separando pontos antes acessíveis a pé.

Constata-se, no momento atual, uma explosão do aparecimento de áreas fechadas e muradas na cidade, com aparato enorme de segurança, tendência na qual também se incluem o fechamento de ruas nos bairros produzindo bolsões vigiados e o aparecimento dos condomínios fechados, que expressam em última instância, a vontade de isolamento das pessoas na metrópole caótica e violenta.

A rua, antes lugar dos encontros, passa a ser apenas percurso, lugar de passagem e assim, seu significado muda radicalmente. Essa mudança se nota nas ruas pela perda de referenciais e pelo enfraquecimento das possibilidades de sociabilidade que se davam nos espaços públicos da cidade. Como explica Carlos (2007 p. 66), “o esvaziamento do sentido e das possibilidades de apropriação dos espaços públicos assinala a construção dos espaços semi-públicos em substituição à rua”, como é o caso dos *Shopping Centers*, programa de “lazer” preferidos dos paulistanos.

O caminhar pelas ruas vai sendo gradualmente substituído pelo caminhar no interior dos shopping centers, lugares fortemente vigiados e normatizados. Essa dinâmica de substituição implica no eclipsamento da rua e o esfacelamento da cadência da vida nos bairros de outrora. Assim, constata-se uma tendência de esvaziamento do uso dos espaços públicos na metrópole e sua contínua substituição por espaços privados cuja a lógica de existir está pautada na realização do consumo, não na sociabilidade.

Antigamente, as pessoas se encontravam na rua para ir as compras ou buscar as crianças na escola. A rua era o lugar onde as crianças brincavam, assistidas pelos pais que colocavam cadeiras nas calçadas e conversavam com vizinhos. Conforme explica Carlos (2017, p. 15) a televisão, por exemplo, substituiu “as “cadeiras nas calçadas” de antigos bairros de São Paulo, assim como, os videogames substituem “o outro” nas brincadeiras infantis, colocando cada criança sentada numa mesa diante de uma tela, aqui o corpo, tornado inerte, se reduz aos olhos e mãos”. O fato é que, na cidade de São Paulo, são cada vez mais raros os espaços em que o uso da rua se manifesta como lugar de lazer e ainda preserva o sentido de encontro.

No entanto, nem tudo foi capturado. As feiras livres, embora possuam um sentido primeiro que é o de *lugar de mercado*, quando ocupam diariamente as ruas, praças e avenidas da cidade, subvertem a lógica da rua apenas como lugar de passagem, recuperando a noção de uso do espaço público como marco de sociabilidade porque restabelecem as relações de proximidade e as possibilidades do encontro.

2.3 Distribuição espacial das feiras livres em São Paulo

A feira livre é uma modalidade periódica de comércio varejista amplamente dispersa pela cidade de São Paulo e, até os dias atuais, desempenha um papel importante no abastecimento urbano na metrópole, sobretudo no setor alimentar de hortifrutigranjeiros. Antes de apresentarmos o resultado do nosso estudo de caso particular, convém destacar não somente a abrangência como a relevância espacial que as feiras paulistanas resguardam.

Presentes tanto nos bairros de elite nas áreas mais ricas e centrais da cidade, como nos longínquos subúrbios da Zona Leste e Sul da capital, a feira livre encontra-se indiscutivelmente integrada ao cotidiano da vida social paulistana. A versatilidade que a feira livre apresenta em São Paulo se faz evidente através de sua ampla distribuição no município, estando presente oficialmente em quase todos os distritos da cidade como se pode ver pelo mapa 1. A única exceção é o distrito de Marsilac, que pertence à subprefeitura de Parelheiros, no extremo sul da cidade. Em contrapartida, a zona Leste é a região que aparenta concentrar o maior número de feiras livres na cidade.

Quando comparamos os mapas 1 e 2, nota-se que as feiras somente perdem representatividade no contexto urbano nas áreas onde ainda se nota a concentração de indústrias (mancha amarelas) e, como esperado, nas áreas que compreendem os parques urbanos, campos e matas da cidade (manchas verdes), enfim, nos lugares onde a demanda de consumo é muito fraca ou praticamente inexistente.

Assim, pela análise da figura 3, que retrata sobreposição da distribuição das feiras no município através de uma imagem de satélite, constatamos que os pontos onde ocorrem as feiras, como regra geral, acompanham a mancha urbanizada de São Paulo, revelando que a feira é “democrática” no que diz respeito a sua espacialização, pois acontece a despeito dos abismos de renda per capita e infraestrutura que separa os distritos. Ao contrário do circuito superior que tende a operar nos lugares que permitam condições mínimas de rentabilidade, as atividades do circuito inferior, no qual a feira está inserida, admitem uma operação com menor rentabilidade, atuando nas áreas periféricas e em situações adversas (SANTOS, 1979).

A precariedade de dados e estatísticas é um traço que marca as atividades do circuito inferior da economia e uma realidade com a qual nos deparamos no desenvolvimento deste trabalho, tendo em vista a dificuldade de se obter dados mais abrangentes no caso das feiras livres paulistanas. Vem ao nosso favor o fato de a feira livre ser uma atividade regulada pelo poder público o que permite acesso a dados elementares como, por exemplo, sua localização, número de barracas e trabalhadores inscritos.

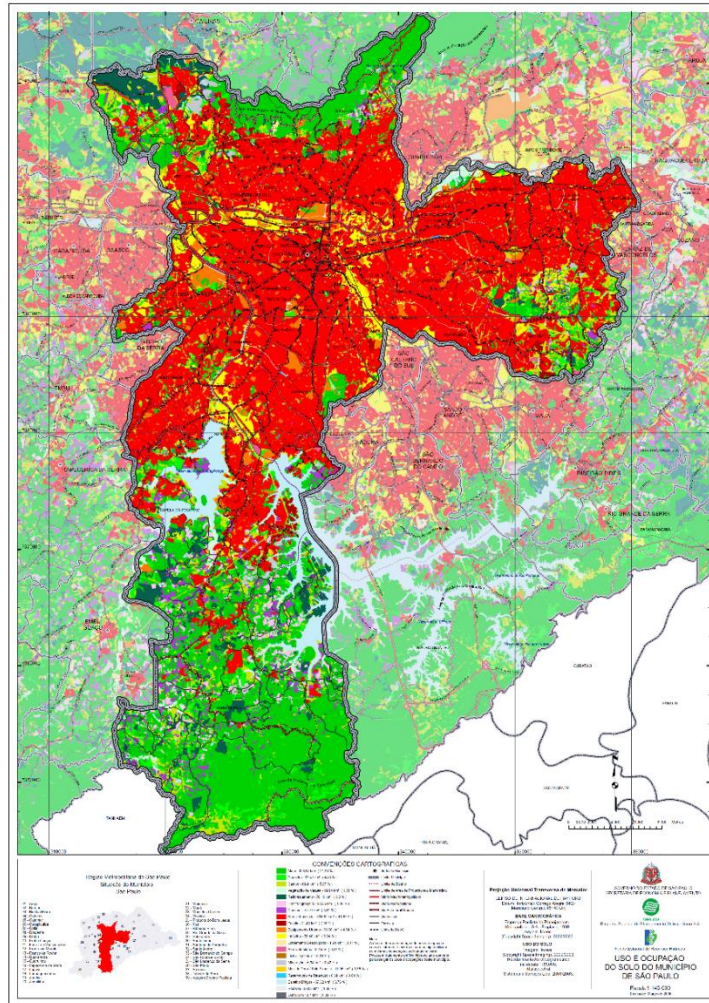
Segundo dados da Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo, responsável pela Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), órgão encarregado, entre outras atividades ligadas ao abastecimento de gêneros no município, pela administração e fiscalização das feiras livres na cidade, existiam, em 2017, nada menos que 883 feiras em funcionamento nos mais diversos pontos da malha urbana, numa média de quase 150 feiras diárias e uma estimativa de circulação semanal na ordem de três milhões de pessoas por uma estrutura composta por 16 mil barracas regularmente inscritas.

O dado demonstra não só a dimensão como a importância dessa forma tradicional de comércio no abastecimento alimentar da cidade, já que as feiras mantêm uma posição relevante na distribuição de hortigranjeiros, frutas e pescados consumidos diariamente pela população paulistana. Deve-se destacar não apenas o desempenho das feiras no que tange ao abastecimento de gêneros alimentícios como também por sua capacidade de gerar emprego na cidade, absorvendo frequentemente uma parcela significativa da mão-de-obra com menos qualificação que transita pelo setor informal da economia.

Hoje são aproximadamente 12 mil feirantes matriculados na municipalidade, onde se estima que 70 mil empregos diretos estejam envolvidos no funcionamento do setor e uma outra parcela imensa de trabalhadores informais que atuam clandestinamente nas feiras, talvez igualando em quantidade o número de trabalhadores regularmente cadastrados na prefeitura. Desta forma, considerando-se que a feira livre demanda em sua operação toda uma rede de apoio envolvendo diversos serviços como frete, transporte, aluguel de barracas, vendedores ambulantes

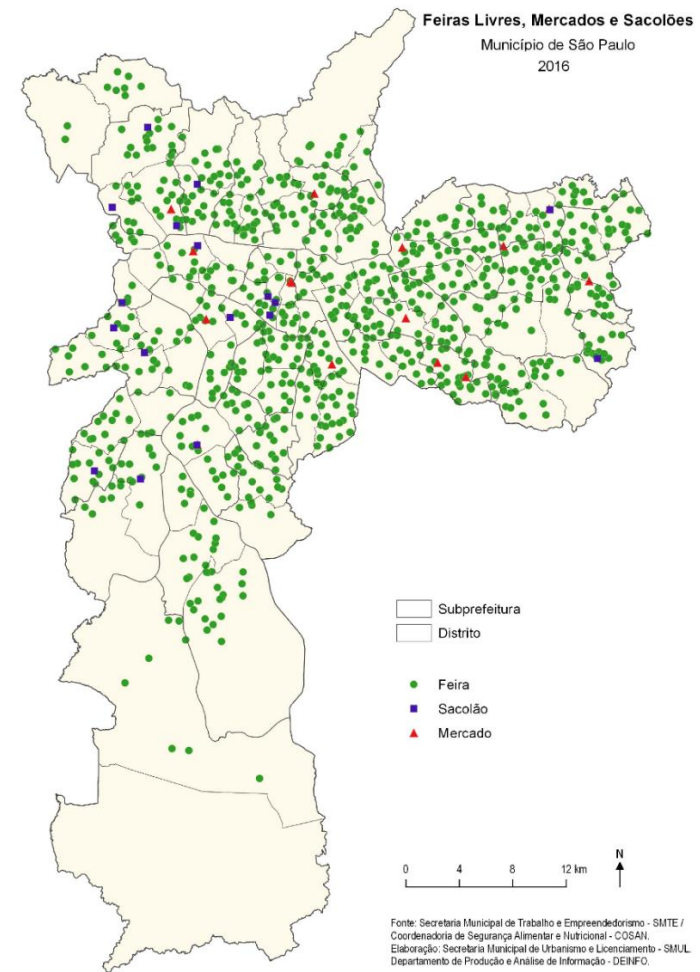
das mais diversas mercadorias, além dos próprios fiscais da municipalidade, podemos dimensionar o grande contingente de pessoas que sobrevive direta ou indiretamente desta atividade.

Mapa 1 – Mapa de Uso do Solo do Município de São Paulo



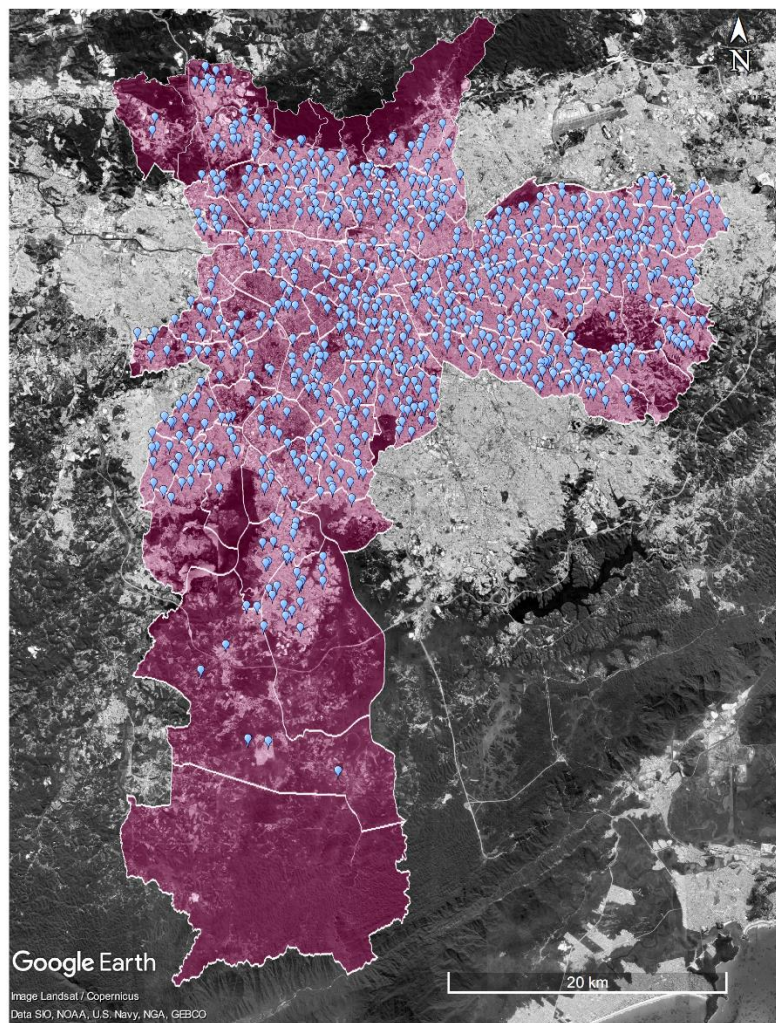
Fonte: Atlas de Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (2006)

Mapa 2 – Mapa de Distribuição das Feiras livres, Sacolões e Mercados Municipais no Município de São Paulo



Fonte: Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo (2016)

Figura 3 – Distribuição das Feiras Livres combinada com Imagem de Satélite do Município



Fonte: elaborado pelo autor. Cada ponto em azul representa uma feira.

Conforme explica a pesquisadora Leny Sato, há um conjunto de regulamentações que rege a organização espacial da feira, a cada nova feira que se instala ou sofre modificações importantes em sua configuração ou localidade geográfica, a prefeitura exerce um planejamento detalhado que envolve o levantamento dos tipos de mercadoria, o tipo de tráfego predominante na região (avenidas de passagem ou apenas ruas de acesso aos moradores, por exemplo) e o tipo de atividade e equipamentos sociais existentes no local (residências, comércio, escolas, hospitais, etc). Considera-se também o tipo de relevo existente, as dimensões de cada banco e o espaço a existir entre elas. Há uma preocupação sobre a localização de cada uma das bancas no espaço público e o conhecimento sobre quais mercadorias devem ser alocadas em quais segmentos da feira livre para não “matar” a feira (SATO, 2012).

2.4 Conflitos e problemas da Feira livre na metrópole

Em São Paulo, a feira livre está por toda parte. Apresentam-se no centro e nas periferias, em bairros ricos (Jardins, Moema, Itaim...) ou empobrecidos (Capão Redondo, Vila Mascote...), se misturam ao comércio de todo tipo e estão presentes mesmo nas áreas de ocupação mais “vertical”, aquelas voltadas hoje predominantemente ao setor de serviços, nas novas centralidades do setor financeiro ou tecnológico (Vila Olímpia, Faria Lima...) que despontam na capital. Formadas tanto por diminutos agrupamentos de feirantes quanto por incontáveis fileiras de barracas coloridas e tradicionais, centenas delas persistem e serpenteiam pelas ruas da cidade, diariamente, de terça a domingo muito antes da metrópole emergir como tal.

A feira livre surpreende não apenas pelo número de equipamentos que apresenta, como por sua dimensão e capilaridade em São Paulo. Da mesma forma, emerge dessa ampla espacialidade um número também enorme de problemas e conflitos que decorrem de sua instalação no espaço urbano. Há uma frase popular que diz que “é muito bom ter feira perto de casa, mas nunca na sua porta”. Para o mal ou para o bem, o fato é que é praticamente impossível ser indiferente a ela. Essa sentença resume bem a situação que se dá, em primeiro nível, no embate entre moradores *versus* feirantes, isto é, aquela população que acorda com a feira já montada no portão da casa e convive com ela pelo menos um dia toda semana.

Neste primeiro nível de enfrentamento, acreditamos que os problemas relacionados à instalação das feiras nos espaços públicos podem ser classificados em quatro aspectos principais, sendo eles: o ruído, a obstrução do acesso, a sujeira e, em última instância, desvalorização imobiliária no local onde a feira se instala.

Em primeiro lugar, temos a questão do ruído sonoro que emana das feiras, uma reclamação constante dos moradores que a elas se avizinham imediatamente. É inegável que a feira seja barulhenta, basta uma breve caminhada por suas barracas. O fato é que, na verdade, quem mora na rua da feira sabe que o barulho começa muito antes da chegada dos primeiros clientes, já que sua montagem ocorre na alta madrugada, iniciando-se por volta das 4 horas da manhã.

Aos poucos vão chegando, antes do raiar do dia, os primeiros caminhões, Kombis e caminhonetes num ir e vir constante de manobras para facilitar a descida das bancas, barracas, lonas e tabuleiros que compõem a estrutura tradicional da feira. Este talvez seja o horário mais crítico para a irritação da vizinhança. O silêncio da madrugada é substituído pelo ruído de todo o processo que envolve o descarregamento das carrocerias e sucessiva montagem das barracas; a “bateção” de coisas, as conversas altas e, as vezes, palavras de baixo calão que naturalmente

emanam da reunião súbita de homens na rua, a música dos radinhos de pilha que aparece para animar o trabalho, enfim o barulho e algazarra que permeiam a organização da feira livre são parte de inúmeras e recorrentes queixas e protestos.

É uma dinâmica bastante complicada, pois de um lado temos o morador do bairro que de alguma forma se vê incomodado com razão pelo ruído da feira que chega na madrugada, precisamente no momento em que deveria estar descansando após mais um longo dia de trabalho e deslocamento na cidade caótica. Seria injusto, portanto, acusar-lhes de falta de empatia ou compreensão com as pessoas que participam da montagem da feira. Por outro lado, deve-se considerar que o feirante é também um trabalhador que, como ele, está lutando por sua sobrevivência na cidade. A questão é que o trabalho destes últimos segue um ritmo diferente e não menos “puxado”, já que pressupõe um início de jornada diária muito mais cedo, pois uma lógica diferente atrapalharia ou inviabilizaria a organização do seu trabalho no local e o curso das atividades posteriores a feira que se dão ao longo do dia.

O barulho da feira apenas aumenta conforme a manhã avança e a rua se vê tomada por uma multidão de passantes apressados que se encontram, conversam e consomem pondo o local em “festa”. Quanto maior o movimento, maior é a disputa pelos clientes que chegam. É nessa hora que o alarido bem-humorado dos feirantes com seus típicos pregões se intensifica ainda mais, afinal é preciso se destacar numa multidão de barracas afinal muito semelhantes e atrair atenção da freguesia. Cada feirante o faz à sua maneira, com muita originalidade, mas sempre em alto e bom som, pois na feira o marketing institucional funciona, literalmente, na base do grito.

A feira também impõe alguns problemas de acesso aos moradores locais, principalmente no que envolve a entrada e saída de automóveis das residências nas ruas onde ela se estabelece. Nos dias de feira a circulação de automóveis fica muito limitada nesses locais, quando não impossível, o que obriga muitos moradores a retirar seus veículos de casa, na noite que precede a realização da feira, estacionando-os em ruas próximas, caso precisem utilizá-los no dia seguinte. O fato é que o aumento de veículos parados fora das residências geralmente incorre no estrangulamento das ruas próximas aos locais de feira, atrapalhando um pouco mais o trânsito no local, o que também implica, muitas vezes, em danos físicos aos carros estacionados.

Nesses dias, quem conhece a rotina do bairro, evita o quanto pode qualquer traçado que passe perto das feiras, minimizando transtornos. Outros menos acostumados ao local, são obrigados a refazer o caminho ou mesmo dar meia volta pela contramão por causa da feira que se instala logo a frente. São bastante frequentes também as queixas quanto ao horário de término estabelecido as feiras, nem sempre respeitado pelos feirantes, o que atrasa a limpeza das ruas e assim a liberação do trânsito no local.

Se é verdade que as feiras livres atrapalham o trânsito de veículos, há de se considerar de maneira mais crítica que, o que está em questão, no fundo, é o fato de vivermos em uma sociedade que se apoia continuamente no uso do automóvel como único meio de deslocamento possível e desejável, algo que aparece ao cidadão como sonho de consumo a ser conquistado. Nas grandes cidades, privilegia-se historicamente o transporte individual em detrimento das alternativas coletivas de transporte que, ao contrário, vem diminuindo. Mais que isso, o automóvel aparece como símbolo hegemônico que está na própria base do planejamento do espaço na grande cidade capitalista. Conforme aponta Carlos:

Uma cidade que vem, ao longo do tempo, sendo pensada e construída pelo poder público enquanto cidade do automóvel, coloca aos planejadores o desafio de construir sempre novas avenidas, novos túneis, novas pontes, com as mais modernas técnicas para construir vias de trânsito sob rios; apostando no aumento médio de velocidade e, conseqüentemente, impelindo a construção de mais vias de trânsito que redundam em sempre novos pontos de estrangulamento do trânsito, maior lentidão. Nesse contexto as formas urbanas, reduzidas àquelas da circulação, impedem o uso, expulsam o corpo, posto que o espaço da circulação é aquele da ausência do corpo que marca a presença da vida (CARLOS, 2017, p. 98).

Na realidade, o problema do trânsito de veículos na metrópole é uma questão bastante complexa. Pode-se, sem dúvida, argumentar que a feira causa transtornos de circulação em muitos bairros. Contudo, e apenas para elencar uma variável deste complexo tema que é o trânsito na grande cidade, a contínua construção de enormes condomínios (comerciais e residenciais) não trazem uma quantidade muito maior de veículos aos bairros ao concentrar verticalmente um número cada vez maior de pessoas no espaço?

Outra fonte contínua de reclamações e protestos acalorados que se dão com a instalação das feiras nos espaços públicos – e talvez o aspecto mais incômodo para os moradores vizinhos a elas – é a quantidade de lixo que fica nas ruas após sua realização. Diariamente são produzidas em São Paulo, segundo dados da prefeitura municipal, cerca de 20 mil toneladas de resíduos orgânicos e inorgânicos. Desse total, estima-se que cerca de 300 toneladas provêm diretamente da realização das quase 900 feiras semanais da capital.

A coleta diária de lixo na cidade e o subsequente descarte de todos os tipos de resíduos por ela produzidos é uma questão bastante séria, um problema higiênico, ambiental e urbanístico que demanda medidas competentes e eficazes de tratamento. No caso particular do comércio ambulante de alimentos, a sujeira deixada com a passagem das feiras livres pelas ruas envolve uma série de problemas que vão desde o desperdício de alimentos e agravamento das condições

sanitárias até o entupimento dos sistemas locais de drenagem (bueiros e bocas de lobo) pelos resíduos deixados, o que compromete a capacidade de escoamento da água da chuva nessas vias e contribui com os constantes alagamentos que afetam a cidade. Isso pode vir a acontecer quando a prestação dos serviços de limpeza das vias públicas, que atualmente fica a cargo das duas concessionárias contratadas pela prefeitura, atrasa ou falha por algum motivo.

Essas empresas responsáveis pela varrição, coleta e lavagem das ruas, por sua vez, argumentam que a maior parte dos feirantes paulistanos não faz o ensacamento dos restos de alimentos, o que atrasa a realização do trabalho. Nos dias de intenso calor, o mau cheiro que aparece após a comercialização se intensifica principalmente em razão dos restos de alimentos de origem animal como aves e peixes que caem no chão. Algumas vezes o odor persiste mesmo após a lavagem das ruas, que também pode ser alvo de reclamação quando a água utilizada invade a garagem das casas.

Fotografia 1 – Situação da rua no final de feira



Fonte: autor, dezembro de 2018.

Conforme apontamos anteriormente, ao longo da História, nota-se uma preocupação contínua com os problemas sanitários e as condições de higiene envolvidas na comercialização de alimentos nos espaços públicos da cidade. Há muito que o espaço da feira vem sendo apontado como lugar insalubre e desorganizado, dada toda sorte de resíduos, sujeira e o eventual mau cheiro que permanecem quando os feirantes vão embora.

Ao longo do tempo, esse foi um dos principais argumentos utilizados no ataque midiático às feiras livres e também motivo recorrente de enfrentamento entre as autoridades públicas, vendedores e a população em geral. Na realidade, o lixo orgânico produzido pelas feiras continua,

até hoje, como um traço negativo da atividade, uma questão que pode e deve ter melhor tratamento tanto pelos feirantes como pelas autoridades públicas, reduzindo o número de reclamações e a fama negativa que ainda se atribui ao funcionamento das feiras na metrópole.

Fato positivo sobre o tratamento do lixo das feiras foi a inauguração em dezembro de 2015 da primeira central de compostagem do Programa Feiras e Jardins Sustentáveis, na Lapa, Zona Oeste de São Paulo. Segundo a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb), esse pátio processa atualmente uma média de 6 toneladas de resíduos todos os dias que provém de 52 feiras e podas de árvores das regiões da Lapa, Casa Verde, Pirituba-Jaraguá, Freguesia-Brasilândia e Pinheiros. Mais recentemente, o prefeito da atual gestão, Bruno Covas, inaugurou em setembro de 2018, a segunda central de compostagem na Avenida do Estado, nas imediações do Mercado Municipal de São Paulo. Neste espaço serão tratados os resíduos provenientes das 32 feiras da Prefeitura Regional da Sé, do Mercadão e do Mercado Municipal Kinjo Yamato. Estão previstas até o final de 2020 a instalação de mais 17 centrais de tratamento.²

Por fim, a combinação de todos esses aspectos citados anteriormente (o barulho, os transtornos no trânsito e a sujeira produzida) tendem a culminar, em última análise, em outro elemento que depõe contra as feiras: a desvalorização imobiliária das residências próximas a elas. Morar próximo a locais de movimento como bares, casas noturnas, feiras livres ou com opções de fácil acesso ao transporte público (estação de trem, metrô ou terminais de ônibus) pode ser muito bom, desde, é claro, que a residência escolhida não seja imediatamente vizinha a esses locais.

Nesses casos, a desvalorização dos imóveis é inevitável e estima-se que pode atingir níveis que variam de 10% a 40%. Ao lado dos cemitérios e favelas, a existência muito próxima de uma feira livre é um fator importante de desvalorização imobiliária em São Paulo. Tanto é verdade que a maior parte das construtoras evitam a todo custo a aquisição de terrenos e a construção de empreendimentos muito próximos a esses locais.

O fato é que as feiras, anárquicas e libertárias, desde seu reconhecimento oficial, sempre estiveram em confronto direto com a opinião pública, as elites e o poder constituído. Historicamente, a imagem do comerciante ambulante de alimentos na cidade foi sendo carregada de uma negatividade simbólica, recaindo sobre eles uma série inumerável e interminável de tentativas normativas e legais de controle, proibição e constantes ataques que muitas vezes visaram a sua extinção. Para muitos que compõem o quadro administrativo da municipalidade, grupo no estão inclusos os agentes públicos de fiscalização, a imagem do feirante está

² *Prefeitura de SP inaugura 2º pátio de compostagem e promete outros 15 até o final de 2020.* Por Vivian Reis, G1 SP São Paulo. 28/09/2018 Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/09/28/prefeitura-de-sp-inaugura-2o-patio-de-compostagem-e-promete-outros-15-ate-o-final-de-2020.ghml>. Acesso em 07 de dezembro de 2018.

recorrentemente carregada de preconceito e negatividade. A feira aparece como subversão da ordem e o feirante é tido como responsável pela negação e desrespeito à institucionalização, legalização e o controle exercido pelo Estado. Os trabalhadores da feira não raramente são representados como rústicos ou sem educação, “pessoas que vivem sem limites, soltos na informalidade e cuja cooperação só pode ser obtida à custa de coação” (JUNQUEIRA e PEETZ, 2015).

Assim, é importante destacar que todos os problemas que circundam a realização das feiras livres na cidade acima apontados passam também por essa outra esfera de enfrentamento que se caracteriza pelo conflito histórico e ideológico entre o trabalho realizado pelos feirantes, a pressão da opinião pública e os inúmeros mandos e desmandos da administração pública paulistana.

Em resumo, grande parte dos conflitos que circundam o funcionamento da feira livre reside no enfrentamento do rigoroso e detalhado regime normativo que o poder público reserva às feiras livres na capital desde o início do século XX. Esses conflitos advêm do descasamento entre as orientações que se dão no plano teórico da lei e a realidade prática que envolve o trabalho dos feirantes, mestres do improviso e flexibilidade. A rigorosa legislação paulistana que recai sobre as feiras, embora apresente pontos positivos no que tange a sua organização, é, todavia, muito ampla, complexa e atabalhoada. Algumas leis e decretos apresentam orientações pouco discutidas, arbitrárias e condutas muitas vezes descabidas, e que por isso logo caem no descumprimento.

3 A FEIRA LIVRE COMO LUGAR DO ENCONTRO E SUBVERSÃO DO COTIDIANO NA METRÓPOLE

3.1 A feira transcende o “lugar de mercado”

“A oitenta milhas de distância contra o vento noroeste, atinge-se a cidade de Eufêmia, onde os mercadores de sete nações convergem em todos os solstícios e equinócios [...] Mas o que leva a subir os rios e atravessar os desertos para vir até aqui não é apenas o comércio das mesma mercadorias que se encontram em todos os bazares dentro e fora do império do Grande Khan [...] Não é apenas para comprar e vender que se vem a Eufêmia, mas também porque à noite, ao redor das fogueiras em torno do mercado, sentados em sacos ou em barris ou deitados em montes de tapetes, para cada palavra que se diz – como “lobo”, “irmã”, “tesouro escondido”, “batalha”, “sarna”, “amantes” – os outros contam uma história de lobos, de irmãs, de tesouros, de sarnas, de amantes, de batalhas. E sabem que na longa viagem de retorno, quando, para permanecerem acordados bambaleando no camelo ou no junco, puserem-se a pensar nas próprias recordações, o lobo terá se transformado em outro lobo, a irmã numa irmã diferente, a batalha em outras batalhas...”

(Ítalo Calvino)

Discutimos anteriormente que, nas grandes cidades, o tempo da troca é uma força imperativa que privilegia a circulação e reprodução do capital provocando profundas e radicais mudanças na paisagem urbana. Nesse contexto, nota-se um esvaziamento progressivo do sentido tradicional que a rua comportava enquanto “lugar de encontro” para se tornar, cada vez mais, “lugar de passagem” ou apenas “vitrine” para os indivíduos apressados. Na metrópole, o cotidiano é marcado pela efemeridade das coisas e pelo anonimato das pessoas e assim, empobrecido, aparece também, cada vez mais, “subordinado ao mundo das mercadorias, em que os sinais de *status* permeiam as relações, e o valor de troca subjuga e captura o sentido do uso” (Carlos, 2007, p. 54).

No contexto urbano, as transformações do espaço vivido não raro implicam também na destruição da “memória social”, isto é, na liquidação espacial dos elementos de referência individuais e coletivos, pois aquilo que para nós era conhecido e reconhecido na paisagem da metrópole, pode vir a desaparecer da noite para o dia. Como argumenta Lemos (2015, p. 21), “La vida moderna se caracteriza por la fragilidad, la temporalidad frágil, la vulnerabilidad y la determinación de un cambio constante. Todo es descartable”

Enfim, em nossos dias, deparamo-nos com uma nova realidade social caracterizada, dentre outros processos, pelo esvaziamento dos espaços públicos, contínua privatização dos espaços e por uma intensa segregação urbana. Essa nova realidade pode ser identificada na cidade por meio de “enclaves” que demonstram um padrão de vida que rejeita a vida nas cidades, a co-presença e a imprevisibilidade do encontro nos espaços públicos (BAUMAN, 2001).

Sem dúvida, a modernidade transformou profundamente a cidade, o relacionamento entre as pessoas e a própria maneira de nos relacionarmos com o mundo a nossa volta (vide as implicações sociais que decorrem atualmente do avanço contínuo da tecnologia e dos meios de comunicação). Diante desse quadro, parece realmente difícil falar ainda de “lugares” como espaços vividos e da experiência. Apesar disso, felizmente, parece que nem tudo foi destruído ou capturado pela lógica hegemônica do capital.

Há nas ruas da metrópole um mundo inteiro que se oculta, mas que também se revela, pois, a rua é o lugar da vida, fonte inesgotável de riqueza e energia, de movimento, de fluxos, conflitos e contradições que fazem parte da vida na grande cidade. A vastidão do território urbano abriga uma ampla diversidade de usos, onde multiplicam-se, diariamente, diferentes formas de produção e apropriação do espaço. Assim, o simples ato de caminhar pela rua nos dias de feira, por exemplo, permite-nos distinguir então formas distintas de apropriação do lugar, formas em aparente desacordo com o resto da paisagem urbana, pois é precisamente do “lugar” que afloram todas as diferenças e as contradições que permeiam a vida cotidiana no cenário urbano.

Desta forma, conforme aponta Mascarenhas, os espaços públicos onde as feiras acontecem são lugares privilegiados, pois retratam o embate dos diferentes interesses e necessidades em jogo, uma vez que:

[...] a modernidade urbana maximiza o duelo entre os setores hegemônicos e os amplos segmentos marginalizados: os primeiros formatam e normatizam, ao seu interesse, os espaços da vida pública; os demais, quase sempre, se recusam a (ou são impedidos/incapazes de) participar desta *coreografia*, e recriam à sua maneira a vida cotidiana, se apropriando *inconvenientemente* dos espaços públicos, ali instaurando, ainda que muitas vezes precária e brevemente, uma territorialidade alheia ao projeto dominante (MASCARENHAS, 2008. p. 74).

Nos meandros ou a redor dos usos espaciais hegemônicos, do espaço da acumulação capitalista, se reproduz também o espaço *banal*, o lugar de todos, o lugar do encontro, da troca e da vivência coletiva, enfim, o *locus* da reprodução da vida cotidiana, animado por uma infinidade

de agentes anônimos, diferentes grupos sociais que trabalham, consomem e constroem formas culturais na cidade (LEFEBVRE, 1991).

Nas brechas metropolitanas, há ainda lugares genuinamente “abertos” à população, lugares de uso público que persistem e “sobrevivem” a passagem implacável do tempo e dos processos de modernização. É nesses “lugares” residuais que as classes populares reproduzem sua vida cotidiana, seu trabalho, seus encontros, momentos de lazer e diversão.

É sob esta perspectiva que a feira livre emerge, progressivamente, na paisagem urbana, como autêntica expressão de uma territorialidade popular que sobrevive na (pós)modernidade, apesar de se ver pressionada por todos os lados pelos setores hegemônicos da sociedade. Resistindo a um contínuo processo de segregação que, na metrópole, passa também pela rejeição crescente das relações de proximidade entre as pessoas, a feira livre resultou, ao contrário, em expressivos espaços de sociabilidade nos locais públicos e continua atraindo verdadeiras multidões às ruas, em mais de um século de existência oficial na cidade de São Paulo.

É nosso entendimento que a feira livre representa uma experiência muito peculiar de sociabilidade e de uso da rua, pela natureza das relações que abriga. Afinal, à margem dos circuitos hegemônicos, a feira faz parte de um universo riquíssimo de agentes econômicos de pequeno porte que preenchem os interstícios dos grandes negócios, que tendem a controlar e reger o funcionamento da economia. A feira livre ainda nos oferece uma experiência de sociabilidade que transcende a racionalidade dominante, pois preserva o espaço urbano como território de cultura, vida e liberdade – uma resposta à segregação social da metrópole capitalista (ARROYO, 2008).

Entendemos que a feira livre abre caminhos para a análise do vivido que se dá através do uso do espaço, pelo ato de caminhar, pelo corpo, revelando-se enquanto processo de apropriação pelos indivíduos que nela trabalham, transitam, conversam e consomem. Assim, no ambiente informal da feira, o espaço imediato da vida vai ganhando significado através das relações cotidianas mais “finas”, uma vez que permite a co-existência, a diferença, as relações de proximidade e de vizinhança, o encontro com os (des)conhecidos, enfim, um espaço urbano peculiar que abre espaço aos jogos, as brincadeiras, a amizade, dando sentido maior ao ato de habitar.

Em resumo, a feira livre está inserida no cotidiano das cidades pela “prática vivida e reconhecida em pequenos atos corriqueiros e, aparentemente, sem sentido, vulgares, mas que criam laços profundos de identidade entre habitante - habitante, e habitante – lugar” (Carlos, 2007, p. 44), revelando-se então como espaço-tempo da vida na metrópole.

Esse raciocínio é de vital importância para nossa análise, pois compreende que as feiras são, sem dúvida, “muito mais do que pontos de troca de mercadorias, lugares de serviços; são também pontos de encontro, lugares da “prosa diária”, do reconhecimento – que vão revelando a importância do nível do lugar como plano do vivido” (ibid., p. 45).

Realmente, é de se supor que exista algo além do que uma simples relação de compra e venda entre pessoas que se conhecem há anos, por vezes, décadas e que se encontram no mesmo local, pelo menos uma vez toda semana. No processo que media a mercadoria seja na feira ou nos mercados públicos existe algo fundamental: duas pessoas. É claro que as relações que se dão na feira passam pelo consumo, como poderia ser diferente na metrópole? O feirante que trabalha ali na feira por vinte, trinta, quarenta anos seguidos, certamente não o faz para enriquecer, do contrário, já teria desistido. Portanto, trata-se, sobretudo, de se reconhecer que no ambiente amistoso da feira, há muito mais espaço para a empatia, para o surgimento de amizades e laços de solidariedade.

Neste contexto, o sentido da troca se revela em uma outra dimensão no espaço “livre” da feira, pois que a feira livre transcende a simples troca de mercadorias ao incorporar momentos de plenitude das relações sociais, isto é, do encontro do indivíduo com o outro, de “trocas” mais verdadeira e significativas. É a natureza dessas relações de encontro no lugar da feira que concebe a instância da memória, fazendo com que a “troca” ganhe sentido pleno.

3.2 A feira como lugar de festa e celebração da cultura popular

Durante sua curta, porém periódica existência cotidiana, a feira instaura um território próprio, uma territorialidade popular que, como vimos, altera e subverte a rotina da cidade. Em seu ambiente festivo e informal, a feira constrói e reconstrói uma dinâmica muito rica de relações, com ritmo próprio e variadas interações entre pessoas, mercadorias e signos.

Desde os tempos mais remotos de sua existência, a feira mescla em um único evento, uma mistura de trabalho, religiosidade, comércio, ludicidade e diversão nos mais diversos espaços urbanos do mundo. As feiras sobreviveram criando e recriando permanentemente através dos séculos, as condições materiais e simbólicas de sua existência, sem perder, contudo, a essência que lhes é particular: a subversão momentânea da ordem cotidiana na cidade (JUNQUEIRA e PEETZ, 2015).

Para o grande historiador Fernand Braudel, a feira era “o ruído, a agitação, a música, a alegria popular, o mundo às avessas, a desordem, por vezes o tumulto” (BRAUDEL, 1979, p. 68). Segundo o dicionário Houaiss da língua portuguesa, a própria palavra feira deriva-se do

latim, *feria, ae*, que significa “dia de festa”. Essa palavra era mais comumente empregada em sua formação plural – *feira, arum* – para designar dias consagrados ao repouso, às festanças, às férias mesmo. No latim vulgar, traduzia o mercado, a feira, uma vez que eram nos dias da realização das festas religiosas que se aproveitava para realizar o comércio popular de mercadoria.

Como explica Sato (2012), as feiras compõem ao mesmo tempo lugar e evento. No âmbito do lugar extrapolam a simples localidade física e geográfica de um mercado, ponto de encontro para a oferta de mercadorias, para significar todo um conjunto complexo de relações entre variados agentes sociais, produtos, serviços, materialidades e símbolos que se dão em seu interior. Enquanto evento, a feira denota e reforça seu caráter de transitoriedade, impermanência e precariedade estrutural nos espaços públicos.

Cada feira é um palco único que reserva um espetáculo de sons, cores, cheiros e sabores onde quer que se estabeleça. Na feira usamos o corpo e todos os cinco sentidos. Da estética bonita das bancas, cuidadosamente organizadas, se destaca o colorido dos mais variados tipos de frutas, verduras e legumes, um espetáculo de cores que apelam tanto à nossa visão quanto ao paladar, quando os alimentos são oferecidos a degustação. Da mesma forma, o cheiro e o frescor dos temperos, pimentas, ervas, uma infinidade de hortaliças recém-colhidas, invadem o ar e inebriam o olfato. Da aglomeração de pessoas que transitam pelas barracas emana um som muitas vezes confuso, repleto de vozes misturadas, conversas indistintas, cantorias, por vezes os gritos, mas sempre os pregões criativos e bem humorados dos feirantes. Pelo tato, apalpamos e escolhemos as frutas, esbarramos nas pessoas, carregamos sacolas e arrastamos os tradicionais carrinhos: a feira, como uma festa, é uma experiência sensorial completa.

Esse espetáculo, apesar de marcado pela repetição semanal, nunca é igual, visto que nenhum dia é igual ao outro. Nos dias chuvosos, por exemplo, a feira é um espetáculo desalentador, pois que na rua quase vazia, o movimento é tão fraco e desanimado que quase não se ouve som algum. Aos feirantes, melancólicos, cabe apenas expulsar com cabos de vassoura a água que se acumula no teto de lona das barracas. É por isso que dizem que, para o feirante, até os dias nublados são muito bem vindos, posto que a chuva espanta nada menos que cem por cento da freguesia.

O grande palco aberto da feira autoriza e estimula a entrada de qualquer pessoa. Nesse palco, feirantes, fregueses, carregadores, ambulantes, ajudantes, andarilhos, pedintes, conhecidos e desconhecidos, estão “autorizados e são estimulados a vivenciar relacionamentos tipos de convivência diversos daqueles normalmente observados em público na grande cidade” (Sato, 2012, p. 99).

Na feira livre, o chiste, as brincadeiras, o humor lúdico, permitem, mesmo que por um breve espaço de tempo a “quebra de protocolo” do cotidiano, autorizando que a habitação do espaço público seja experienciada de uma nova forma. Nela é permitido, e totalmente aceitável que se fale de tudo, de todos e com todos. As conversas podem ser de todo tipo:

[...] novela das oito, a última dos políticos, as altas taxas de juros, o desemprego, o estado de saúde de um ente querido. São conversas que vão muito além da corriqueira troca de receitas, oferecidas em todos os seus detalhes, mesmo sem que o interlocutor o peça. Ter um segredinho culinário, dominar um modo diferente de preparação dos alimentos, deter um conhecimento sobre a ação curativa de determinados ingredientes e produtos são assuntos obrigatórios. Dos comentários sobre a alta dos preços e sobre a qualidade das mercadorias ninguém se esquivava (SATO, 2012, p. 115).

Assim, torna-se possível na feira falar amigavelmente com desconhecidos, dar palpites sem ter sido convidado, intrometer-se na conversa alheia, ou simplesmente conversar anonimamente sobre qualquer coisa e com qualquer um. Esses comportamento, marcado por pequenas transgressões, dificilmente seriam experimentados ou tolerados em outros contextos.

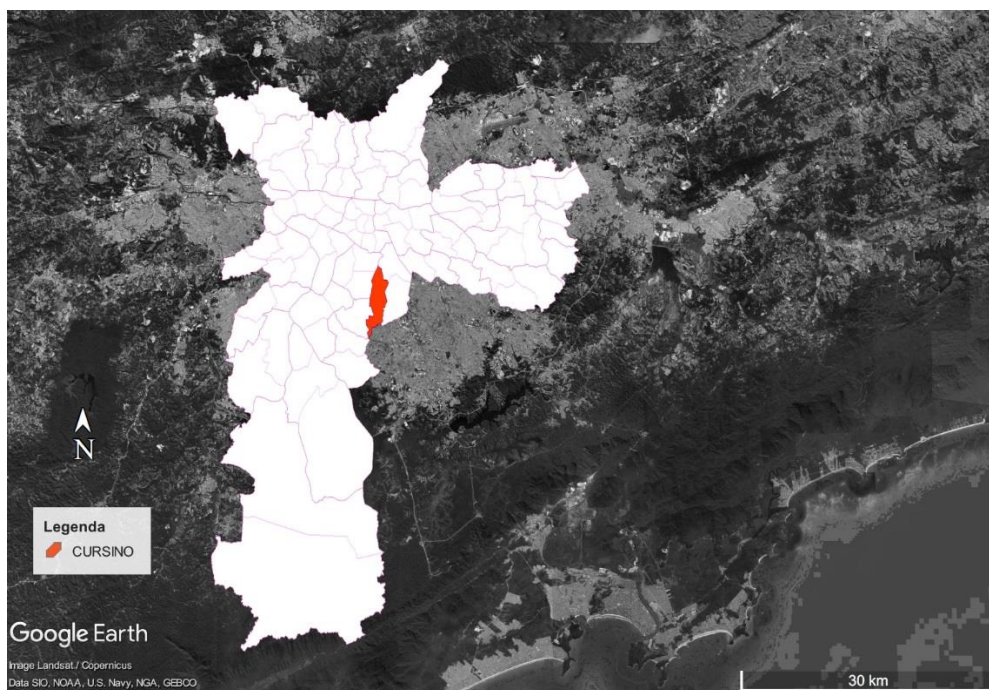
Desta forma, buscamos aprofundar um pouco da dimensão cultural que a feira livre ainda resguarda na grande metrópole. Em seu ambiente, enxergamos reunidas, em um só lugar, as características essenciais da cultura popular – celebração, compartilhamento, participação social, fuga do cotidiano e resgate das tradições pela oralidade, espacialidade, trabalho, enfim pela festa.

3.3 Estudo de caso: a feira livre do Jardim da Saúde

3.3.1 Localização e breve caracterização do distrito do Cursino

O bairro Jardim da Saúde é um dos dez bairros que compõe o distrito do Cursino que por sua vez está localizado na zona sudeste da cidade de São Paulo, conforme indicado na figura 4. O distrito do Cursino, ao lado dos distritos do Ipiranga e do Sacomã, compõe a Subprefeitura Regional do Ipiranga.

Figura 4 – Localização do distrito do Cursino

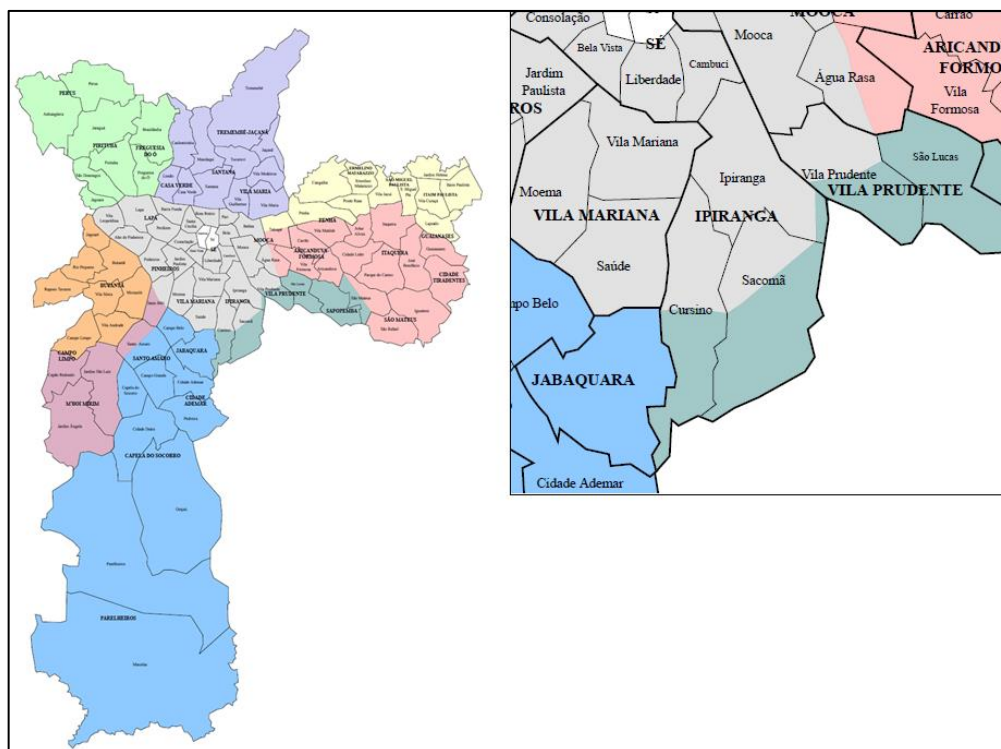


Fonte: Elaboração do autor a partir de metadados do Geosampa e Google Maps.

A prefeitura de São Paulo reconhece tecnicamente dez zonas geográficas, utilizadas como referência de localização no município. Essas zonas, estabelecidas pela divisão radial do município a partir do centro da cidade, estão representadas abaixo por cores diferentes como se percebe na figura 5 a seguir.

Utilizando critérios que se baseiam em limites geográficos como ruas, avenidas e rios da cidade, essa divisão, embora não apresente relação com as divisões administrativas, demonstra, curiosamente que, parte do distrito do Cursino pertence tanto ao Centro Expandido (representado pela cor cinza) quanto a Área Sudeste (representada pela cor verde escura).

Figura 5 – Regionalização técnica da Prefeitura de São Paulo



Fonte: Prefeitura de São Paulo.

É nesse contexto que Ponciano (2004), caracteriza o distrito como “um dos filhos diretos da grande capital”:

[...] nasceu do retalhamento da grande fazenda do capitão André Cursino, no final do século XIX, concretizando-se no início do século XX. Pela proximidade e facilidade de acesso ao velho Ipiranga, o Cursino e suas vilas foram crescendo lentamente como bairros de classe média e média baixa, com a vinda de operários que trabalhavam nas fábricas que nasciam naquela região a partir dos anos 1820 (PONCIANO, 2004 p.105).

O distrito do Cursino estende-se por uma área de 12,8 km² e, segundo dados do IBGE (2010), conta com uma população de 109.088 habitantes. É composto tanto por zonas de uso exclusivamente residencial e moradias unifamiliares de baixa densidade (ZER) – como é o caso do bairro Jardim da Saúde – quanto por Zonas de Centralidade (ZC) com densidades construtiva e demográfica médias; e Zonas Mistas, onde mesclam-se usos residenciais e não residenciais com média e baixa densidade demográfica.

A avenida do Cursino, que divide o distrito de Norte a Sul, é um dos principais corredores de circulação da região e, ao longo do seu percurso, estabelecem-se os principais subcentros dos bairros com atividades típicas do comércio varejista, restaurantes, padarias e bancos. Na avenida do Cursino predominam usos não residenciais, onde destacam-se as

atividades de comércio ligadas ao varejo de vestuário, comércio de autopeças, manutenção e reparação de veículos.

3.3.2 A feira livre do Jardim da Saúde

A feira livre do Jardim da Saúde, como é conhecida pelas moradores da região e pelos próprios feirantes que nela trabalham há muitos anos, foi assim batizada pela proximidade que estabelece com o bairro que lhe dá o nome. Verificamos, contudo, que a prefeitura do município adota um nome diferente para identificá-la: feira da Vila Moraes. Talvez por situar-se precisamente na divisa entre esses dois bairros, a feira apresente esses dois nomes. Seja como for, independente da classificação oficial que a municipalidade hoje lhe atribui, preferimos adotar em nosso estudo o nome pelo qual a feira tornou-se popularmente conhecida na região, isto é, como a chamam, efetivamente, as pessoas que há décadas participam dessa feira livre.

A feira do Jardim da Saúde está instalada ao longo da rua Divinópolis, que é limitada pelas ruas do Boqueirão e Dom Vilarés, e também inclui um trecho menor, a partir da Av. do Cursino, na rua Nossa Senhora da Saúde. O lugar apresenta as seguintes feições: ruas de asfalto irregular, sobrados antigos geminados, muitos deles com garagens, um prédio de dois andares na entrada do local onde a feira começa e, ao seu final, um único prédio com cerca de quinze andares, cuja entrada da garagem não está obstruída pela feira e uma ou outra casa que se transformaram em estabelecimentos comerciais. Do lado esquerda da rua, para quem anda no sentido do tráfego de veículos, nota-se um paredão que forma um longo corredor que protege a feira livre que se realiza sempre aos sábados. A rua Divinópolis é ampla o suficiente para comportar quatro fileiras de bancas; uma a cada lado da rua e duas fileiras centrais, uma de costas para a outra, formando um corredor interno que fornece uma área de trabalho aos feirantes, conforme se vê na fotografia 2. Essa disposição oferece, ainda, um espaço adequado para a circulação dos fregueses em duas vias principais. Na rua Nossa Senhora da Saúde se acomodam apenas duas fileiras de bancas de menor extensão. Todo sábado, instalam-se nessas duas ruas cerca de 790 m² de bancas, montadas por cerca de 141 feirantes-titulares³. A figura 6 ilustra bem o local, destacado em verde claro, onde se dá a organização da feira.

³ Além dos feirantes titulares, também trabalham nas bancas um número considerável de ajudantes. Se tomarmos uma média de três ou quatro pessoas por banca, teremos aproximadamente 500 pessoas que trabalham em todas as bancas. Isso sem contar um número importante de vendedores ambulantes e camelôs provavelmente sem registro, mas que também encontram na feira abrigo, oportunidade de trabalho e renda.

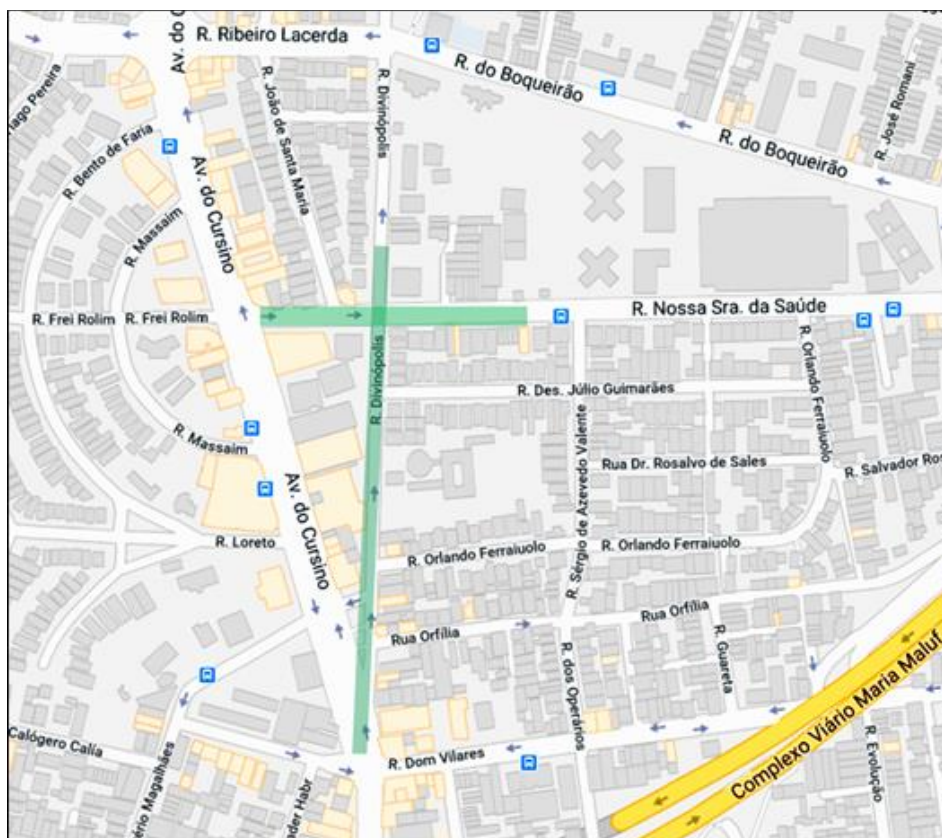
Fotografia 2 – Espaço de trabalho dos feirantes



Fonte: autor, dezembro de 2018.

Essa feira ocupa uma posição central no distrito, como é possível nota pela figura 7. Ao seu redor, em franca situação de concorrência, estão instalados um supermercado Extra e um hortifruti da rede Vila das Frutas, bem na entrada da rua Nossa Senhora da Saúde, um dos principais acessos à feira livre. É nesse miolo comercial do bairro – bem perto de uma das principais e mais movimentadas avenidas que atravessam o distrito – o local onde muitas pessoas se encontram ao fazerem a feira.

Figura 6 – Espaços de ocupação da feira



Fonte: elaborado pelo autor através do Google Maps.

Figura 7 – Posição da feira em relação ao Distrito do Cursino



Fonte: elaboração do autor.

Formando um curso que se assemelha a uma cruz, as cerca de 141 bancas da feira do Jardim da Saúde servem de abrigo e preenchem fisicamente o lugar onde as interações da feira são estimuladas, protegidas e permitidas. De perto, quem caminha pelos meandros das bancas é absorvido pelo clima da feira e esquece um pouco do ritmo frenético e caótico da cidade que, por alguns momentos, parece ficar mais distante.

A variedade de produtos e serviços oferecidos nesta feira é imensa e está longe de oferecer apenas alimentos. Logo no começo dela encontramos as bancas mais simples e improvisadas. Ao lado delas estão os carros antigos que trazem os produtos e dão suporte ao vendedor ambulante como estoque da mercadoria. Bijuterias, brinquedos, itens pessoais variados, bolsas, bonés, roupas, toalhas de mesa, DVDs, a lista é imensa, quase não tem fim. Há também o rapaz que conserta panelas e peças de fogão, o que oferece o açaí em seu carrinho móvel, a banca de ovos, a de temperos, os tabuleiros de compotas e queijos, as do caldo de cana e as tradicionais e deliciosas barracas de pastel.

Fotografia 3 – Uma das entradas da feira



Fonte: autor, dezembro de 2018.

Sabe-se que é uma feira antiga da cidade, mas quase ninguém sabe ao certo quando começou. A carência de dados sobre as feiras da cidade é uma realidade que aparece em nosso trabalho, mas também uma característica comum das atividades que se enquadram no circuito inferior da economia. Tentamos descobrir pelas muitas conversas trocadas com frequentadores tradicionais e feirantes com mais idade, pelos menos uma data aproximada de início dessa feira. É uma tarefa difícil, mas as entrevistas nos forneceram algumas pistas.

Selecionamos, a seguir, alguns trechos importantes dentre as entrevistas realizadas ao longo do trabalho. Esses relatos individuais nos que permitem aprofundar ainda mais a dinâmica e a história desta e outras feiras livres da cidade.

3.3.3 A feira do Jardim da Saúde pelos seus feirantes

Maria Meiraku, por exemplo, tem 66 anos e trabalha nessa feira há quarenta anos, o que nos dá uma ideia sobre sua experiência e o quão tradicional esse evento é para o bairro. Dona Maria não me conhece pelo nome, mas conhece minha mãe que vinha sempre comprar bananas com ela na época que estava grávida:

- *Imagina! Conheço você desde que estava na barriga da sua mãe! Sua mãe está bem?*
- *Tá bem, sim, Dona Maria!*
- *Você está com quantos anos?*
- *30, na verdade, vou fazer 31 já.*
- *É a idade do meu filho. Um tem 31, o outro tem 32. Pois é, são 40 anos de profissão sem parar um dia. Direto, sem parar. A gente faz a feira de quarta, quinta, sexta, sábado e domingo. Acordo todo dia e dou, “muito obrigado, Deus, né? Por ter um trabalho digno...embora seja uma profissão difícil, né? Você sabe que a nossa profissão é dura. Você enfrenta sol, chuva, calor... tem tudo esse “porém”, mas graças a Deus, Deus me deu tanta coisa que não posso reclamar...*
- *E quem começou o negócio na feira?*
- *Ab, isso é uma coisa de família, começou com meus avós, é uma coisa hereditária.*
- *E nesses 40 anos, Dona Maria, o que mais mudou assim na feira? Muita coisa, pouca coisa?*
- *Bom, olha...mudou muito. No caso, a geração de antigamente você não vê, a raça oriental na feira. Imigraram tudo pro Japão. Por que? A vida se tornou difícil e eles acharam que era melhor largar a feira, abandonar a barraca e ir embora pro Japão. E lá eles fizeram a vida também. Porque feira era tudo japonês. Japonês e Português. Aqui você encontra só “nortista”, pode ver. Então na minha época, quando eu entrei, era tudo japonês, português e italiano. Então mudou, sim.*

Existem neste pequeno trecho selecionado da conversa com Dona Maria Meiraku, dois elementos importantes a respeito do trabalho na feira: a rotina extenuante dos feirantes, com jornadas intensas de trabalho e a contribuição fundamental que os imigrantes e diferentes etnias tiveram na consolidação das feiras paulistanas. Os imigrantes nipônicos, por exemplo, tiveram um papel decisivo não apenas na consolidação do cinturão verde paulistano, mas também no

enriquecimento dos próprios hábitos alimentares da população brasileira e paulistana, em particular. Muito conquistaram, aos poucos, um lugar de destaque na feira comercializando, principalmente, legumes e hortaliças, mas também frutas, como no caso das bancas de banana da Dona Maria.

Fotografia 4 – Banca de bananas da Dona Maria Meiraku



Fonte: autor, dezembro de 2018.

Seguimos a busca por comerciantes já estabelecidos e que trabalham na feira há muito tempo. Logo mais à frente, próximo das bancas de banana está a barraca de pescados. Por definição do regulamento que rege as feiras, algumas mercadorias como a banana e o peixe devem ficar nas extremidades da feira, de preferência no final, facilitando o trabalho de limpeza pela prefeitura. A banca de pescados do Ney, a única deste tipo que restou na feira, é também uma das mais antigas. Quem conversa conosco é o seu filho, Paulo Balland, o carismático Paulinho:

- *Paulino, há quanto tempo você trabalha na feira, cara?*
- *Há uns 14 anos.*
- *Poxa, bastante já também, hein. E, toda família?*
- *Toda a família! Todos também peixeiros e peixeiras desde sempre, desde cedo. Desde criança com 14, 15 anos até hoje com quase 30.*
- *Que legal. E seu pai, você sabe a quanto tempo ele trabalha na feira?*

- *Cara, eu posso te falar que em torno de 45 a cinquenta anos, nessa faixa.*
- *É uma lenda!*
- *Uma lenda. Desde os 8 anos de idade vendendo peixe numa carroça (risos).*
- *E quantas feiras vocês fazem?*
- *São seis. De terça a domingo, na cidade inteira. Zona Sul, Zona Norte e Zona Oeste, só não Zona Leste. Todos os lugares, menos lá.*
- *E como é a relação com a clientela, Paulinho?*
- *É muito boa. Como se fosse família. Não todos, tem exceções...mas a maioria são todos fregueses assim de muito tempo. São bem poucos os que chegam agora. A gente já conhece, já sabe do gosto do freguês, o jeito que ele gosta, como ele quer...é mais ou menos assim que funciona.*
- *E como está indo o negócio? Teve épocas melhores?*
- *O verão é melhor que o frio. E se tiver chuva, você sabe como é. Frio e chuva o movimento cai bastante. Agora quando é verão, calorção, é sempre muito melhor.*
- *Paulinho, no meu estudo, eu também tô tentando descobrir se a feira vai mesmo acabar. Você fica preocupado?*
- *Sim, eu fico preocupado. Porque você vê, são bem poucos. As barracas que tem os antigos, cara, acaba se acabando e ninguém quer nem comprar. Para de fazer porque ninguém quer trabalhar. Ninguém quer acordar cedo, ninguém quer mexer com gelo, ninguém quer ir fazer Ceasa...são vários fatores. Eu não sei se acaba, mas vai reduzir bastante a cada ano. Antigamente era 4 ou 5 peixeiros numa feira, hoje em dia você acha 1 peixeiro numa feira, 2 no máximo. É uma ou outra que tem 2 ou 3 peixeiros...*
- *Ó, Paulinho, e você tem impressão que a feira era maior e reduziu?*
- *Sim! Era maior, foi reduzindo as barracas...antigamente ia até lá embaixo, onde tem o colégio, não sei se você lembra. Tinha mais ou menos umas 40 barracas a mais do que é hoje. Vai reduzindo cada ano que passa. E de 5 anos pra cá foi que reduziu mais ainda. Várias foram embora. O pessoal fica de idade, não aguenta trabalhar, carregar peso, acordar cedo, aposenta ou vende, passa pra outro, o outro tenta mas não consegue...tem que ter um pouco no sangue isso aqui, senão não vai.*
- *E você acorda muito cedo?*
- *Acordo vinte pra 1 da manhã. Faço Ceasa, carrego o peixe, compro o gelo e aí venho pra feira. Chego as 4 horas da manhã e começo a montar, depois lavar o peixe, arrumar, selecionar e tô aqui até agora (13:40). Vou terminar lá para as 3, 4 horas da tarde. Chego em casa, tomo um banho e amanhã tem outra! Zona Norte, lá em Santana, no shopping Center Norte. Não é fácil isso aqui não. É cada dia num lugar, cada dia um público. Tem as áreas mais nobres, tem as áreas mais simples...*
- *E muda o preço, Paulinho?*

– Cara, bem pouco. Pro peixe não muito. Mas muda, sim. Alguma coisa muda. Nem toda feira você leva o mesmo tipo de peixe, entendeu? Não é em toda feira que você vai levar um linguado, um camarão rosa. Tem feira que você não vai levar, porque não vai vender, senão perde. E não pode sobrar, senão estraga.

Fotografia 5 – Banca de pescados



Fonte: autor, dezembro de 2018.

A conversa que tivemos com Paulinho também nos diz muito sobre o universo de trabalho na feira, o papel importante da família na sobrevivência do negócio, assim como a dura rotina que os feirantes enfrentam todos os dias.

De fato, com muita frequência, se observa que a feira livre surge como negócio e empreendimento familiar, uma atividade sujeita à herança e à tradição, algo que passa de pai para filho. Muitas vezes, os pais feirantes preferem que os filhos apenas se dediquem aos estudos para que não tenham que vir a tirar seu sustento da feira, como é o caso dos dois filhos de Dona Maria, ambos já formados e que não trabalham na feira. Mas também não é raro que os próprios filhos venham a rejeitar outras possíveis carreiras para abraçar livremente a opção de manter-se feirante, como é caso de Paulinho e seus três irmãos, que trabalham juntos desde cedo ajudando o pai.

A fala de Paulinho também nos revela que o processo de montagem da banca e os produtos nela exibidos variam de lugar para lugar, pois cada feira é única. Na prática é como se o feirante tivesse que montar todo dia lojas distintas em diferentes lugares da cidade. O que está

implícito em sua fala é que cabe ao feirante interpretar e incorporar mudanças e realizar os ajustes necessários entre uma feira e outra, em função das diferenças geográficas, socioeconômicas e culturais de cada freguesia, que lhe impõe formas distintas de organização e relacionamento, construindo assim contextos complexos e dinâmicos que acompanham a função itinerante do feirante.

O último trecho de entrevista selecionado é a conversa que tivemos com a feirante Regina Iamaguchi, dona da barraca de pastel mais concorrida da feira e mais outras cinco em outras feiras da cidade. Regina vende uma média de 1.200 pastéis todo sábado, sem dúvida, é uma das estrelas da feira do Jardim da Saúde:

– Regina, a quanto tempo você trabalha na feira?

– Oh, de tempo de feira eu tenho 35 anos com a minha banca, eu. Com meu pai, tem 40.

– Ele que começou o negócio?

– Meu vô. Olha, ele nem sabia fazer pastel. Ele errava nas massas. Ele comprava pastel dos outros, porque na época ninguém ensinava. Não tinha. Aí ele comprava, aí grudava os pastéis, ele ia comprar e ficava olhando como ele podia fazer. Erou muito pra acertar. Aí depois toda a família virou pasteleiro, até os parentes. Mas foi meu vô que começou.

– Muito bacana.

– Isso tem 46 anos. Aí meu pai virou pasteleiro, ele era caminhoneiro. Quando ele virou pasteleiro, a nossa família toda agora vende pastel.

– As vezes eu via a sua filha, ela ainda vem?

– Então, uma vende, a outra está no Japão. Todas são estudadas, formada em administração, uma engenheira, mas todos estão no pastel, pelo menos no fim de semana. Porque assim, né, não é uma coisa que você depende só dos outros, né? Que nem, fim de semana. A gente vende mais e você tem que colocar pessoas a mais.

– E tem muito trabalho fora daqui né?

– Sim. A gente chega em casa e tem a produção de amanhã. A gente tem uma cozinha toda industrial. Em casa ficam quatro pessoas: eu, a cozinheira, um masseiro e um ajudante. Aqui de registro tem sete pessoas. Mas a gente trabalha em onze, as vezes nove, dez. Aí esses fazem bico.

– Antigamente era maior o movimento?

– A gente tem uma venda considerada boa. Essa minha banca quando eu comecei, o moço nem quis mais...ele vendia 150 pastéis, ninguém queria, porque era uma barraca que tinha muita concorrência. Mas aí eu falei: “ainda não tenho nada na minha vida, vou pegar né?” Foi bem facilitado, parcelado...

– E hoje em dia ninguém quer vender sua banca de pastel.

– Ah, eu não vendo! Eu falo que eu vendo minha casa, mas não vendo minha banca. Por que eu vou trabalhar do que, né? Eu posso por pessoas, eu posso arrendar...não é? Sempre vai ter quem precisa. Vender jamais. O pastel dá emprego pra sua família. Pode ser que você não tenha tudo o que você quer, mas não falta comida, não falta moradia, não é verdade? Só que tem que trabalhar, né?!

– E como é a relação com a clientela, Ré?

– Ah, a gente tem amigos, né...amigos, não é nem clientes mais. E toda feira é assim. Eu não tenho o que reclamar de nada. Eu adoro. Eu fico triste quando eu não estou bem, que eu não posso vir, porque tem época que eu tenho crise de artrite. Mas de resto eu venho feliz. Quando é época de copa eu vou atrás, quando é época de festa junina, natal eu enfeito tudo. A banca tem que ser alegre!

Fotografia 6 – Banca de pastéis da Regina



Fonte: autor, dezembro de 2018.

A feira do bairro Jardim da Saúde, a imagem de todas as outras 882 feiras de em São Paulo, é isso: trabalho, sobrevivência, tradição, festa, espontaneidade, amizade, conflito, resistência, subversão do cotidiano, da norma...o lugar do vivido. A feira faz parte da memória das pessoas e da história da cidade. Preservar a feira é preservar a rua como lugar de encontro, enfim, preservar o próprio sentido da cidadania.

3.3.4 A feira livre está na “xepa”?

A palavra “xepa” tem um significado popular que remete a liquidação das frutas e hortaliças que se verifica ao final de cada feira, com preços quase sempre caindo abaixo do preço de custo para que o feirante não tenha sobras de mercadoria para levar para casa, armazenar ou manter para venda no dia seguinte. É o ponto alto da “pechincha”, da barganha, o período de arrematação das mercadorias que sobraram nas bancas, o fim-de-feira. A xepa é o último ato deste tradicional espetáculo popular que é a feira livre, o fim da festa. É o momento que delimita e finaliza a encenação do dia, hora de contabilizar ganhos e prejuízos, de guardar os pertences e desmontar as barracas e os tabuleiros, começar a limpeza. O que não foi vendido é então descartado ou oferecido a pedintes e pessoas que não tem condições financeiras mínimas para aquisição de alimentos.

Fotografia 7 – Fim de feira



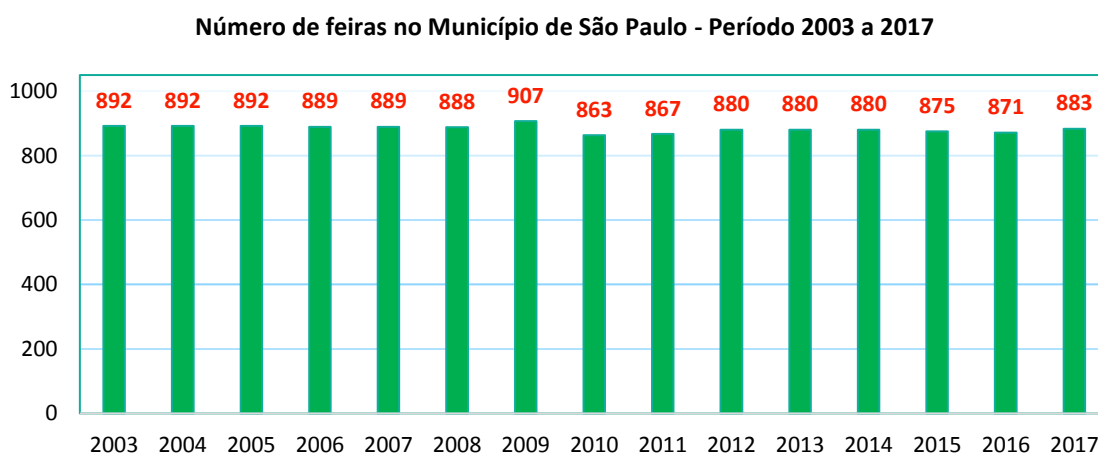
Fonte: autor, dezembro de 2018.

O fim das feiras livres é um tema que sempre esteve presente nos mais de cem anos que marcam a sua história oficial em São Paulo. Apesar de terem sido continuamente ameaçadas pela legislação municipal, cada vez mais rigorosa, assim como pela concorrência expressa pelas formas mais modernas de auto-serviço a varejo como os supermercados, sacolões e hortifrutis, o fato é que as feiras sobreviveram e sobrevivem até os dias de hoje, a despeito daqueles que desde

tempos remotos anunciavam o seu desaparecimento iminente, a medida que a cidade se modernizava.

As feiras vão acabar? Essa é uma pergunta difícil, talvez sem resposta. É um assunto que ainda circula na feira e preocupa alguns comerciantes. Em nossas entrevistas, muitos feirantes nos contam sobre a situação cada vez mais difícil das vendas, a queda do movimento, as dificuldades do trabalho exaustivo, a própria redução do tamanho e do número de bancas presentes na feira livre. Olhando para o passado, outros descartam veementemente essa ideia, afinal a feira já passou por épocas mais difíceis. Pela análise do gráfico abaixo, que mostra a evolução do número das feiras na cidade, nota-se uma relativa estabilidade quanto ao número desses equipamentos na última década.

Gráfico 1 – Número de feiras no Município de São Paulo – Período 2003 a 2017



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Prefeitura de São Paulo.

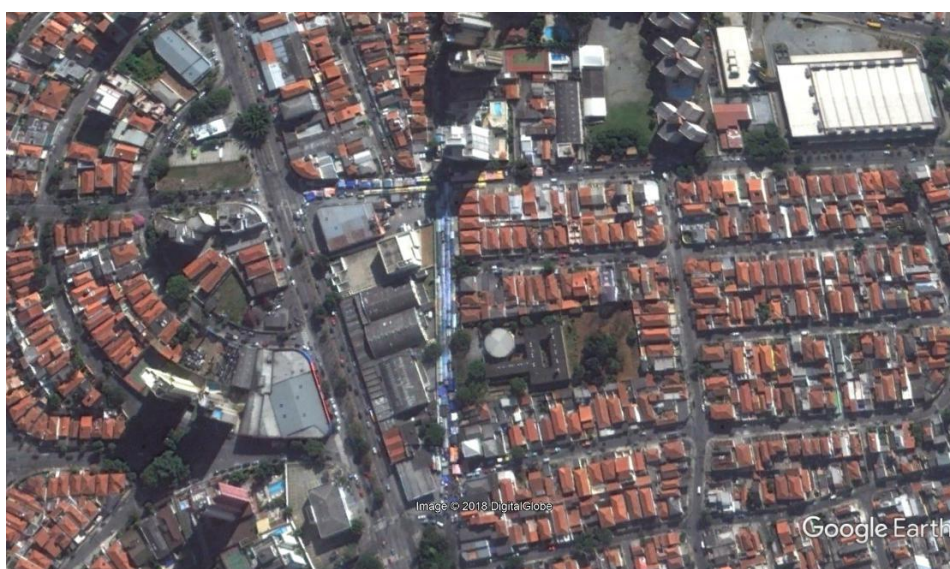
O gráfico, porém, não nos diz muito a respeito da dinâmica que se dá no interior das feiras, isto é, o desempenho das vendas, o número de seus feirantes e a evolução da quantidade de bancas em cada uma delas. A esse respeito, em nosso estudo de caso, nota-se, nitidamente, através da apreciação da série temporal das imagens de satélite abaixo, uma crescente redução no número de barracas da feira do Jardim da Saúde, sobretudo em suas extremidades, algo também sinalizado pelas conversas com alguns feirantes.

Figura 8 – Vista aérea da feira em junho de 2005



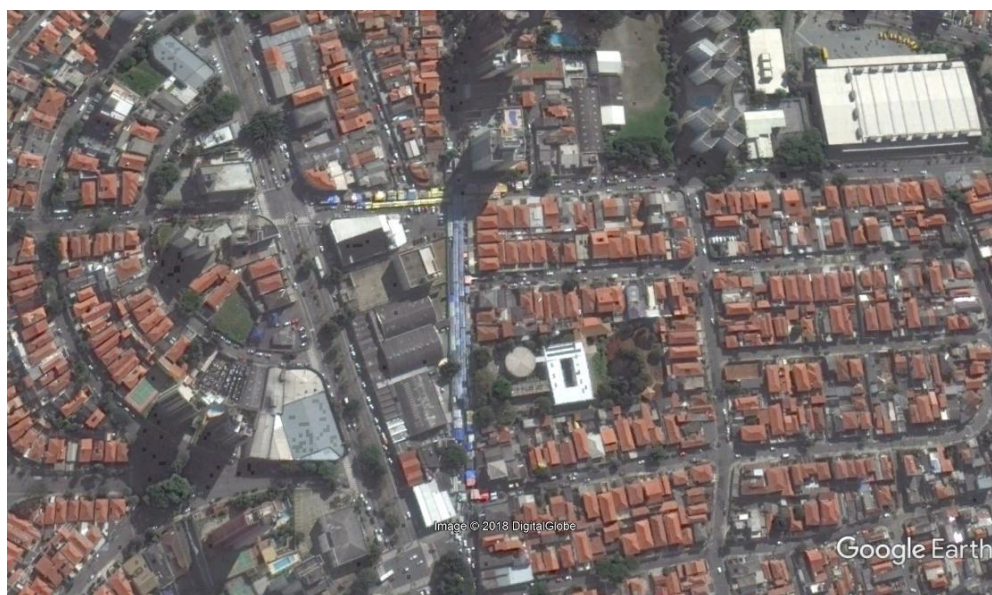
Fonte: Google Earth.

Figura 9 – Vista aérea da feira em julho de 2011



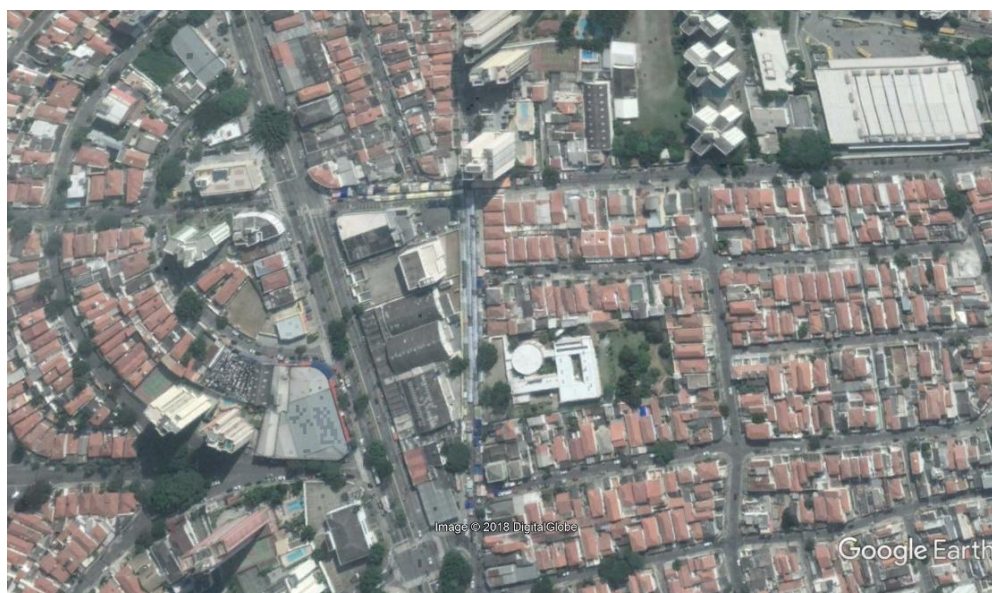
Fonte: Google Earth.

Figura 10 – Vista aérea da feira em maio de 2015



Fonte: Google Earth.

Figura 11 – Vista aérea da feira em abril de 2018



Fonte: Google Earth.

Pode ser que realmente que a feira livre esteja na “xepa”, o período que antecede seu término, mas isso é algo que não podemos afirmar a partir apenas do nosso estudo de caso, pois

que é um evento isolado numa imensidão de feiras que a metrópole abriga diariamente. A constatação de uma possível tendência ao fim das feiras é algo que carece de um estudo muito mais aprofundado, algo que pode mesmo até se mostrar inexistente, por isso preferimos nos afastar de qualquer generalização a esse respeito.

Ousamos dizer que talvez estejamos testemunhando um momento de novas possibilidades: de recomeço, adaptação, reinvenção, o que as feiras historicamente sempre fizeram. Nesse contexto, cabe destacar, por exemplo, a crescente importância que as frutas e verduras *in natura* vêm adquirindo, sobretudo os de origem orgânica, na busca por hábitos alimentares mais saudáveis. É crescente também o número e a popularidade de feiras e “feirinhas” de produtores orgânicos que se espalham pela cidade, aproximando agricultores familiares e consumidores, sobretudo os mais jovens.

É um movimento de resposta que Silveira (2018), identifica como *quality turn*, um movimento contrário ao padrão de consumo agroalimentar hegemônico, uma crítica ao consumo em massa, cuja proposta é a busca por alimentos mais saudáveis e de qualidade diferenciada, uma “virada da qualidade”. Trata-se “de uma resistência às forças desenraizadoras do capitalismo” ou ainda “um mecanismo de criação de mercados de nicho, onde os produtores buscam por características em seus produtos que apelam, não sobre as bases da competitividade em preço, mas em termos de suas qualidades ecológicas, morais e estéticas” (ibid., 2018, p. 15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A feira livre na metrópole é um lugar curioso e, ao mesmo tempo, fascinante. Historicamente marginalizadas e hoje em aparente desacordo com as formas mais modernas da cidade, as feiras livres resistem e estão em toda parte, apesar de todas as críticas e esforços para erradicá-las. Em nosso estudo, procuramos suscitar a compreensão de alguns dos variados elementos e facetas que compõem esta milenar atividade, buscando sustentar a hipótese de que a feira livre transcende, por diversas razões, a função meramente comercial pela qual foi concebida, um refúgio e resposta a segregação sócio-espacial na metrópole. Não é por acaso que as feiras persistem nas cidades, mantendo uma forma elementar, nas mais diversas culturas ao redor do mundo.

Por diversos motivos, encontramos na feira estudada um terreno fecundo às reflexões geográficas. Em primeira análise, esperamos ter lançado luz sobre a importância econômica das feiras livres na grande cidade, sobretudo na medida em que se constata o seu ingresso no circuito inferior da economia urbana, teoria proposta pelo grande geógrafo Milton Santos, que se mantém

relevante dada a evolução do meio técnico-científico-informacional. As feiras são móveis, flexíveis e altamente adaptáveis aos diversos contextos e situações que a metrópole, complexa e desigual, compreende.

Nesse contexto, destacamos também que a feira continua sendo fonte de trabalho e renda para um número relevante de famílias e pessoas que não conseguem ser absorvidas em sua totalidade pelas atividades que compõem o circuito superior da economia. O número e a distribuição espacial das feiras em São Paulo impressionam e merecem profundidade. Assim, através do nosso estudo de caso, julgamos ter dado voz e o devido destaque à “economia invisível” desses agentes econômicos mais modestos e de pequeno porte, reconhecendo tanto sua importância, como sua força.

O cotidiano na metrópole, pautado pela contínua destruição dos referenciais urbanos, segregação espacial e confinamento das pessoas em espaços privados, encontra na feira um lugar de refúgio, cheio de significados, que convida os indivíduos a caminhar com ritmo inusual pela rua, vivenciando o bairro e fazendo dela mais uma vez o lugar do encontro e sociabilidades, celebração da vida, trabalho e cultura popular nos espaços públicos. Nesse sentido, esperamos ter contribuído na retomada da discussão dos processos que envolvem o “eclipsamento” da rua, marcada pela triste e caótica hegemonia do automóvel na grande cidade, contrapondo essa realidade ao resgatar as formas pelas quais a feira livre subverte essa lógica de contexto urbano.

Encontramos certa dificuldade quanto ao acesso às estatísticas e dados mais aprofundados a respeito do universo da feira livre, mas entendemos que a precariedade e carência de informações é uma constatação comum às atividades que envolvem o circuito inferior da economia. A feira é também, em nossa opinião, um tema ainda pouco estudado na cidade de São Paulo, sobretudo no que concerne aos estudos de geografia urbana e econômica. É um objeto de estudo fascinante onde tivemos o privilégio de estar em contato constante, conhecendo pessoas extraordinárias, escondidas na simplicidade dos seus afazeres diários.

As feiras livres sobrevivem e são insubstituíveis, um patrimônio histórico e cultural da nossa cidade. O ambiente frio, vigiado e racional dos supermercados, shopping centers e lojas de departamento jamais conseguirão replicar com sucesso a atmosfera aberta e calorosa da feira, lugar dos encontros, da alegria, amizades de longa data e infinitas sociabilidades. Vida longa às feiras livres de São Paulo!

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Mônica. Novos paradigmas I: a economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique**, ed. bras., v. 2, n. 15, Out. 2008. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=283>>. Acesso em: 5 Out. 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **As formas do capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-18**. O jogo das trocas, tomo 2; tradução de Telma Costa. Lisboa: editorial teorema, 1979.
- _____. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**: as estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1997. v. 1.
- BRUNO, Ernani da Silva. **História e tradições da Cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio, 1953.
- BUENO, Francisco de Assis. **A cidade de São Paulo**. São Paulo: Biblioteca da Academia Paulista de Letras, 1976. In: JUNQUEIRA, Antônio Hélio; PEETZ, Maria da Silva. **100 anos de Feiras Livres na Cidade de São Paulo**, São Paulo: Via Imprensa Edições de Arte, 2015.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- _____. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole**. São Paulo: Labur Edições, 2017.
- DULLES, J. W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- GONÇALVES, Luiz Antonio Araujo. **A Metamorfose das Feiras Nordestinas com a Inserção da Confecção Popular: Estudo Geográfico das Feiras de Caruaru-PE; Aprazível, Sobral-CE e Serrinha-BA**. 2016. 329f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.
- GUIMARÃES, Olmária. **O papel das feiras-livres no abastecimento de São Paulo**. São Paulo: USP, Série Teses e Monografias, n.22, 1968.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=21&uf=35>>. Acesso em: 15 Nov. 2018.

JUNQUEIRA, Antonio Hélio. **Feiras Livres: um estudo de caso para o município de São Paulo**. Santiago: FAO, 1994.

JUNQUEIRA, Antônio Hélio; PEETZ, Maria da Silva. **100 anos de Feiras Livres na Cidade de São Paulo**, São Paulo: Via Imprensa Edições de Arte, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

LE GOFF, Jacques. (1991). **Mercadores e Banqueiros na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1991 [original: 1956].

LE MOS, Amália Inês Geraiges de. **Los nuevos sentidos espaciales de las metrópolis latinoamericanas**. Confins, 24, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/> Acesso em: 13 dez. 2018.

MASCARENHAS, Gilmar. **O lugar da feira-livre na grande cidade capitalista**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v.54, n. I, 1992.

_____. **Feira Livre: Territorialidade Popular e Cultura na Metrópole Contemporânea**. Ateliê Geográfico, v. 2, n. 2, Ago. 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/ateliê/article/viewFile/4710/3971>>. Acesso em: 25 Out. 2018.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil**. Revista de História, São Paulo, Ano. 27, n. 105, p. 81-106. 1 trim., jan./ mar. 1976. Disponível em: <http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/105/a05n105op.pdf>. Acesso em: 27 Nov. 2018.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução de Neil R. da Silva. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Ensino Superior)

PIRENNE, Henri. **História econômica e social da Idade Média**. Tradução de Lycurgo Gomes da Motta. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1965.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PONCIANO, Levino. **450 bairros, 450 anos**. São Paulo: Editora Senac, 2004.

PREFEITURA Municipal de São Paulo - Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/abastecimento/feiras_livres/index.php?p=6637>. Acesso em: 25 Out. 2018.

SANTANA, Nuto. **São Paulo histórico. Aspectos, lendas e costumes**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937-1944 (6 volumes). Citação extraída da edição de 1944.

SANTOS, Milton. **O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 1. ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1979.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SATO, Leny. **Feira Livre: organização, trabalho e sociabilidade**. São Paulo: Edusp, 2012.

SILVEIRA, Manuela Silva. **Qualidade dos alimentos e da sua construção social: o Sistema de Inspeção Municipal e as feiras dos produtores na aglomeração urbana de Piracicaba (SP)**. 2018. 114f. Dissertação (Obtenção do título de Mestra em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2018.